

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**CCJ – SANTA RITA**

**CECÍLIA BARBOSA DE SOUSA OLIVEIRA**

**A INFLUÊNCIA DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA**  
**INTERNACIONAL COMO GARANTIDOR DO PRINCÍPIO DA**  
**TERRITORIALIDADE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS**  
**MULTINACIONAIS**

**OUTUBRO – 2018**  
**SANTA RITA – PB**

**CECÍLIA BARBOSA DE SOUSA OLIVEIRA**

**A INFLUÊNCIA DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA  
INTERNACIONAL COMO GARANTIDOR DO PRINCÍPIO DA  
TERRITORIALIDADE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS  
MULTINACIONAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Direito do  
Centro de Ciências Jurídicas da Universidade  
Federal da Paraíba - UFPB, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Direito.

**Área:** Direito Empresarial

**Orientador (a):** Prof. Ms. Andrea Costa do  
Amaral Motta.

**OUTUBRO – 2018**

**SANTA RITA – PB**

O48i Oliveira, Cecilia Barbosa de Sousa.

A Influência do Princípio da Cooperação Jurídica Internacional como Garantidor do Princípio da Territorialidade na Recuperação Judicial / Cecilia Barbosa de Sousa Oliveira. - Santa Rita - PB, 2018. 60 f.

Orientação: Prof Ms Andrea Costa do Amaral Motta. Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ.

1. Recuperação Judicial de Empresas. 2. Efeitos Transnacionais da Recuperação Judicial. 3. Princípio da Territorialidade. 4. Princípio da Cooperação Jurídica Internacional. I. Motta, Prof Ms Andrea Costa do Amaral. II. Título.

UFPB/CCJ

**CECÍLIA BARBOSA DE SOUSA OLIVEIRA**

**A INFLUÊNCIA DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA  
INTERNACIONAL COMO GARANTIDOR DO PRINCÍPIO DA  
TERRITORIALIDADE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS  
MULTINACIONAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Direito do  
Centro de Ciências Jurídicas da Universidade  
Federal da Paraíba - UFPB, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Direito.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Andrea Costa do Amaral Motta  
(Orientadora)

---

(Examinador I)

---

(Examinador II)

**OUTUBRO - 2018**

**SANTA RITA - PB**

Dedico este trabalho aos meus pais, Ana Eliete Barbosa Oliveira e Luís César de Sousa Oliveira, pelo amor incondicional e pela educação que me transmitiram; aos meus irmãos, amigos e ao meu namorado, pelo apoio diário, e principalmente, por estarem comigo em todos os momentos de minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por sua infinita bondade em me conceder a oportunidade de adquirir conhecimento e me fortalecer em todas as horas. Sem a Sua influência em minha vida, tenho certeza que nada seria.

Agradeço toda minha família, por me incentivar a alcançar meus objetivos e metas, pelo afeto e companheirismo diário;

Agradeço ao meu namorado e aos meus amigos, que sempre foram fonte de alegria e esperança ao longo desta caminhada;

Agradeço a minha orientadora Prof. Andrea Costa do Amaral Motta, bem como a todos os professores do Curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, por transmitirem seus conhecimentos com tanto afinho e dedicação, demonstrando o real comprometimento com a profissão de docente;

Enfim, agradeço a todos que de forma direta ou mesmo indireta contribuíram para elaboração e finalização do presente estudo.

*“A empresa é um organismo vivo, inserida num contexto social, que interfere e recebe influências desse ambiente. É fonte geradora de empregos, de recolhimento de tributos e de ativação da economia. Desempenha papel preponderante no equilíbrio da balança de pagamentos do País.”*

***Luiz Antônio Ramalho Zanoti***

## RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar a empresa como um organismo que possui extrema função social, devendo, pois, serem protegidos dos riscos inerentes a atividade que exercem. Nesse contexto, a Lei 11.101/2005 surge com um inovador instituto, a Recuperação Judicial, que possibilita à sociedade empresária a continuidade do exercício de sua atividade econômica. Ocorre que, com o advento da globalização, tais entidades empresárias buscaram, cada vez mais, expandir o seu território, a fim de alcançar maior lucratividade, passando a atuar em países diversos. Destarte, tais empresas multinacionais, assim como as nacionais, também estão suscetíveis a suportar um momento de crise econômico-financeira inerentes à atividade que exercem. Porém, ao requererem o instituto viabilizador de superação de tal conjectura, por vezes, restam frustrados ante o não reconhecimento do deferimento da recuperação judicial nacional pelos demais países em que atuam. O referido estudo possui natureza dogmática, uma vez que se destinou a análise de premissas teórico-doutrinárias acerca da carência presente na legislação atual quanto a regulamentação específica dos efeitos transnacionais da recuperação judicial às multinacionais, se limitando a aplicar o Princípio da Territorialidade, o qual limitará os efeitos da falência e da recuperação judicial ao país que a concedeu. Tal lacuna acarreta a aplicação de entendimentos diversos quanto aos efeitos transnacionais do instituto da recuperação judicial, burocratizando e retardando o recobrimento das empresas. O Princípio da Cooperação Jurídica surge, pois, como um recurso apto e eficaz à uniformização da aplicação do Princípio da Territorialidade, a fim de efetivar que o processamento do plano de recuperação judicial deferido no Brasil seja reconhecido e respeitado pelo estrangeiro, garantindo o Princípio da Preservação da Empresa, bem como, a manutenção de sua função social.

**Palavras-chave:** Função Social da Empresa. Recuperação Judicial. Efeitos Transnacionais da Recuperação Judicial. Princípio da Territorialidade. Princípio da Cooperação Jurídica Internacional.



## ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the company as an organization that has an extreme social function, so it should be protected from the inherent risks of the activity. In this context, Law 11,101/2005 appears with an innovative institute, the Judicial Recovery, which enables the business society to continue exercising its economic activity. With the advent of globalization, such business entities have sought, even more, expand their territory, in order to achieve greater profitability, starting to operate in many countries. However, such multinational companies, as well as national ones, are also susceptible to endure a moment of economic-financial crisis inherent to the activity that they carry out. Although, when the institute is required, sometimes they are frustrated by the non-recognition of the deferral of national judicial recovery by the others countries in which they operate. This study has a dogmatic nature, since it was intended to analyze theoretical and dogmatic premises about the lack in the current legislation concerning of transnational effects of judicial recovery to multinationals, limiting itself to apply the Principle of Territoriality, which will limit the effects of bankruptcy and judicial recovery to the country that granted it. This gap entails the application of different understandings regarding the transnational effects of the institute of judicial recovery, bureaucratizing and delaying the recovery of companies. Therefore, the Principle of Legal Cooperation appears as an suitable and effective resource to standardize the application of Principle of Territoriality, in order to ensure that the processing of recovery plan granted in Brazil is recognized and respected by the foreigner, keeping the Preservation of the Company Principle, as well as the maintenance of its social function.

**Keywords:** Corporate Function of the Company. Principle of Company Preservation. Judicial Recovery. Transnational Effects of Judicial Recovery. Judicial Recovery of Multinationals. Principle of Territoriality. Principle of International Legal Cooperation.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 A SITUAÇÃO DE CRISE DO DEVEDOR EMPRESÁRIO À LUZ DA LEI DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>	<b>13</b>
<b>3 A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL.....</b>	<b>20</b>
3.1 FASE POSTULATÓRIA: O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	22
3.1.1 A PETIÇÃO INICIAL DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	24
3.1.2 DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	27
3.1.2.1 DESISTÊNCIA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	29
3.2 FASE DELIBERATIVA: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	30
3.2.1 MANIFESTAÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	33
3.2.2 A CONCESSÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	34
3.3 A ALIENAÇÃO JUDICIAL DE FILIAIS OU UNIDADES PRODUTIVAS.....	35
3.4 A DECISÃO JUDICIAL QUE CONCEDE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEUS EFEITOS.....	36
3.5 A SENTENÇA DE ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	37
<b>4 EFEITOS TRANSNACIONAIS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS E O PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE .....</b>	<b>38</b>
4.1 ATUAÇÕES CONFLITANTES DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE NO ÂMBITO NACIONAL .....	42
<b>5 A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS MULTINACIONAIS .....</b>	<b>46</b>
5.1 A INSTITUIÇÃO DE TRATADOS INTERNACIONAIS COMO INSTRUMENTO GARANTIDOR DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE MULTINACIONAIS .....	49
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

CF – Constituição Federal

CPC – Código de Processo Civil

CTN – Código Tributário Nacional

EPP – Empresa de Pequeno Porte

EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

LRE – Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária

ME – Microempresa

MP – Ministério Público

MP/RJ – Ministério Público do Rio de Janeiro

REsp – Recurso Especial

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJ/RJ – Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como finalidade trazer subsídios aos operadores do direito no sentido de poderem apreciar as evoluções contidas na Lei 11.101/2005 pertinentes ao inovador instituto de superação da insolvência do devedor empresário, qual seja, a recuperação judicial, trazendo à baila as suas peculiaridades, procedimentos e natureza, bem como, sua aplicabilidade e seus efeitos transnacionais às multinacionais no atual ordenamento jurídico brasileiro.

O tema possui grande relevância à luz da importante e reconhecida função social que muitas sociedades empresárias exercem, visto que se tratam de organismos que possuem o condão de gerar rendimentos, emprego, além de contribuir para o fisco e para o aumento da concorrência no mercado econômico, sendo devido que a constituição de tais entidades empresárias sejam preservadas dos riscos inerentes à atividade que exercem.

Através do levantamento e da análise comparativa de dados doutrinários, jurisprudenciais e legais, pode-se perceber que a Recuperação Judicial atuará como um instrumento realizado por intermédio do Poder Judiciário, a qual objetivará reorganizar economicamente, administrativamente e financeiramente uma empresa, a fim de impedir que tal entidade tenha um fim indesejado e continue a exercer a sua função social.

Para tanto, serão criados alguns mecanismos voltados a viabilizar a superação da crise econômico-financeira na qual se encontram, e assim, consigam preservar a atividade empresarial, manter a sua fonte produtora, quitar suas dívidas, adimplir com suas obrigações frente aos credores e, posteriormente, voltar a gerar lucro, promovendo a função social da empresa e o fomento à atividade econômica.

Com o fenômeno da globalização, as empresas passaram a possuir uma maior abrangência territorial, chegando, inclusive, a se estabelecerem e exercerem as suas atividades em diversos países, as quais serão denominadas de “multinacionais” ou “transnacionais”.

Ocorre que tais entidades, ao passarem por dificuldades financeiras, encontram diversos empecilhos para que o seu processo de recuperação possa ser plenamente efetivado, em decorrência da não implementação e aceitação da decisão proferida pelos tribunais pátrios pelo ordenamento jurídico das demais nações.

A legislação adota, para as empresas que possuem sede no estrangeiro, o Princípio da Territorialidade, no qual haverá a limitação dos efeitos da sentença declaratória de recuperação judicial, visto que cada Estado possui jurisdição individual sobre o patrimônio das instituições empresárias nele assentados.

A respectiva pesquisa demonstra que há, pois, uma lacuna ao atual escopo jurídico pátrio quanto a aplicabilidade da Recuperação Judicial deferida no Brasil às transnacionais nos demais países em que atuam, o que, por vezes, resta frustrada a tentativa de tais empresas devedoras sobrepujarem a situação de crise econômico-financeira a qual as assola.

Vê-se, assim, a necessidade de uma maior aplicação e merecimento do Princípio da Cooperação frente às multinacionais que fazem jus ao procedimento da recuperação judicial, sob um prisma diferente do princípio da territorialidade, visto que a empresa deve ser analisada como uma unidade econômica, uma vez que o seu restabelecimento ao *status* de produtora se trata de um interesse geral, levando em consideração os seus importantes aspectos socioeconômicos.

A fim de um melhor embasamento teórico e compreensão do tema serão utilizados como referência bibliográfica renomados autores como: Fábio Ulhoa Coelho, Sílvio de Sávio Venosa, Waldo Fazzio Júnior, Sérgio Campinho e Marlon Tomazette. No que concerne à metodologia, o estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica, tendo como fundamento teórico livros, jurisprudência e a Lei. A pesquisa também é considerada descritiva, e segundo a sua abordagem, qualitativa, visto que procura aprofundar o conhecimento dos efeitos da recuperação judicial, buscando maiores informações sobre a problemática proposta com a formulação de hipóteses para pesquisas posteriores.

Este trabalho monográfico foi dividido da seguinte forma: O primeiro capítulo abordará a situação de crise do devedor empresário à luz da legislação atual, que consagrará importantes princípios, como o Princípio da Preservação da Empresa como garantidor do Princípio Função Social da Sociedade Empresária e a atuação da Recuperação Judicial nesse sentido. No capítulo subsequente, será realizado estudo pormenorizado do procedimento da Recuperação Judicial, trazendo seu conceito, natureza, requisitos e tudo mais que for necessário para que, ao final, o operador do direito possa reconhecer de maneira clara e precisa o referido instituto.

Após, no capítulo seguinte, será feito o estudo acerca dos efeitos transnacionais da recuperação judicial, constatando-se a ausência de previsão específica de aplicabilidade do instituto às empresas com sede no estrangeiro no atual ordenamento jurídico, que adotará o Princípio da Territorialidade, o qual limitará os efeitos da falência e da recuperação judicial ao país que a concedeu. No quarto e último capítulo, a pesquisa se debruçará na necessidade de maior aplicabilidade do Princípio da Cooperação Jurídica Internacional, e a necessidade de constituição de institutos que garantam a efetiva recuperação do organismo empresarial, como forma de apresentar um recurso hábil a solucionar a controvérsia.

## **2 A SITUAÇÃO DE CRISE DO DEVEDOR EMPRESÁRIO À LUZ DA LEI DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Ao longo da história, o direito falimentar tem evoluído o seu caráter, inicialmente, punitivo do devedor, para a busca da satisfação dos credores. A atividade empresarial passou a ser entendida como um ramo que não depende exclusivamente da boa atuação do empresário, dos administradores e investidores, mas também, da sujeição ao risco natural do mercado e do mundo globalizado.

A sociedade empresarial tornou-se reconhecida como fonte geradora de empregos, de circulação de riquezas e de desenvolvimento econômico, além de possuir o condão de contribuir para o fisco, se tornando, pois, instituto dotado de importante função social.

A empresa é um organismo vivo, inserida num contexto social, que interfere e recebe influências desse ambiente. É fonte geradora de empregos, de recolhimento de tributos e de ativação da economia. Desempenha papel preponderante no equilíbrio da balança de pagamentos do País.<sup>1</sup>

A geração de empregos faz aquecer a economia, produzindo bens e serviços necessários ao bem-estar das pessoas. Através desses empregos, como consequência, as pessoas têm acesso à aquisição dos bens necessários à vida em sociedade, sendo uma ferramenta utilizada e autorizada pelo Estado para obter grande parcela da receita derivada, necessária à execução dos seus objetivos voltados à própria sociedade.

Sobre isso, é importante ressaltar que os objetivos do Estado brasileiro se encontram definidos no art. 3º da Constituição Federal de 1988:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
II - garantir o desenvolvimento nacional;  
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.<sup>2</sup>

Sem as empresas, instrumentos importantes de efetivação e concretização, o Estado não pode cumprir ou alcançar os objetivos estabelecidos nas disposições constitucionais acima

---

<sup>1</sup>ZANOTI, Luiz Antônio Ramalho; ZANOTI, André Luiz. A preservação da empresa sob o enfoque da nova lei de falência e de recuperação de empresas. JusNavegandi, Artigos, maio 2007.

<sup>2</sup> BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Acesso em 31/08/2018. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>

mencionadas. Dessa forma, constata-se que ela possui uma função social a cumprir. Santos, afirma que

(...) o empresário tem o dever de exercer suas atividades em benefício da sociedade, e não apenas não exercendo prejuízo a ela. A função social da empresa atua como determinadora de comportamentos positivos do empresário, compatibilizando a fruição individual da atividade econômica e a concretização de sua função social.<sup>3</sup>

Nesse sentido, o direito empresarial é norteado pelo princípio da função social, que estabelece, de acordo com Mamede, que

O princípio da função social da empresa reflete-se, por certo, no princípio da preservação da empresa, que dele é decorrente: tal princípio compreende a continuidade das atividades de produção de riquezas como um valor que deve ser protegido, sempre que possível, reconhecendo, em oposição, os efeitos deletérios da extinção das atividades empresariais que prejudica não só o empresário ou sociedade empresária, prejudica também todos os demais: trabalhadores, fornecedores, consumidores, parceiros negociais e o Estado.<sup>4</sup>

Nesta enseada, a empresa interatua de forma proeminente no mercado, desenvolvendo uma cadeia de relações jurídicas e sociais que não pode desaparecer sem causar nenhum dano ou sequela à sociedade e ao próprio Estado.

Importante ressaltar que a extinção de uma empresa acarreta, além de ser uma unidade produtora a menos no mercado, o que diminui a concorrência entre elas, “a perda do agregado econômico, representado pelo patrimônio intangível da empresa, tais como prospecção de lucros futuros, *knowhow*, clientela, rede de fornecedores, nome, ponto comercial, reputação, marcas, entre outros”<sup>5</sup>

A grande maioria dos trabalhadores depende da capacidade de emprego deste organismo social e o desenvolvimento social de um país está diretamente ligado à saúde financeira e a capacidade de pagamento de suas empresas. E quanto mais abundante o mercado de trabalho, menor o desemprego e mais fácil a superação das crises econômico e sociais. A empresa é fonte produtora de bens e serviços, que alimenta o consumo interno, gerando, através das exportações, riquezas para que se possa importar os bens que aqui não são produzidos.

<sup>3</sup>SANTOS, Jonábio Barbosa dos; SOUSA, Nathália Guerra de. Falência e recuperação de empresas: contribuição para a materialização da função social. Revista Direito e Liberdade, Natal, v. 17, n. 2, p. 87-110, maio/ ago. 2015. P. 92

<sup>4</sup>MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Atlas, 2005. P. 147

<sup>5</sup> ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de Falência e Recuperação de Empresa. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. Apud ARNOLDI, Paulo Roberto Colombo. MADUREIRA, Mirella. Efeitos da crise econômico-financeira de 2008, no mercado internacional e a preservação das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, [s.l.: s.n.], 2011. P. 3

O bom funcionamento das empresas beneficia o alcance dos interesses maiores do país e a administração pública depende, basicamente, da geração de impostos e do adequado funcionamento da arrecadação. Elas são imprescindíveis para gerar um mercado altamente competitivo, diante de uma economia cada vez mais globalizada. A empresa é a instituição mais importante do mundo capitalista, cujos anseios não raras vezes acabam por se sobrepor até mesmo aos interesses de Estados soberanos<sup>6</sup>.

Ao adquirir tamanha relevância, tornou-se imprescindível a releitura do conceito de empresa e de sua estrutura teórico-jurídica, de maneira a compreendê-la como uma importante executora de direitos e detentora de utilidade pública. Para tanto, o princípio da função social da empresa tem norteado o exercício da atividade econômica em todas as suas extensões.

A atividade empresarial, de maneira genérica, por si só, contém uma série de dificuldades para quem a exerce, seja na busca de novos mercados, seja na manutenção da clientela, seja nas exigências que a atividade impõe no cotidiano. Para Tomazetti,

(...) essas dificuldades, naturais no exercício da empresa, podem acabar culminando em crises dos mais diversos tipos, que podem advir de fatores alheios ao empresário (sujeito que exerce a empresa), mas também podem advir de características intrínsecas a sua atuação. Elas podem significar uma deterioração das condições econômicas da atividade, bem como uma dificuldade de ordem financeira para o seu prosseguimento.<sup>7</sup>

As crises econômicas, financeiras e patrimoniais de uma empresa são preocupantes, na medida em que podem representar o aumento do risco dos credores, a inadimplência e a redução de empregos. O foco de preocupação do direito empresarial a crise financeira, pois ela afeta diretamente o mercado de crédito, que é fundamental para o exercício das atividades empresariais.

Tomazetti afirma que,

Em outras palavras, elas podem prejudicar empregados, credores, comunidade e fisco que estão ligados à atividade desempenhada, não afetando apenas o próprio empresário. Em razão disso, há uma grande preocupação tanto do mercado quanto do Estado, havendo inclusive uma série de respostas colocadas à disposição pelo nosso ordenamento jurídico.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup>ARNOLDI, Paulo Roberto Colombo. MADUREIRA, Mirella. Efeitos da crise econômico-financeira de 2008, no mercado internacional e a preservação das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, [s.l.: s.n.], 2011.

<sup>7</sup>TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Vol. 3 - Falência e Recuperação de Empresas, 5ª edição. Atlas, 02/2017. P. 3

<sup>8</sup>Ibid., p. 4.



Com relação às crises, importante destacar a classificação destas:

(i) Crise econômica: é aquela relacionada à retração nos negócios desenvolvidos pelo empresário; (ii) Crise financeira: é aquela relacionada à falta de liquidez, ou seja, falta de possibilidade de efetuar pagamentos; e (iii) Crise patrimonial: é a insolvência, ou seja, o passivo maior que o ativo.<sup>9</sup>

Para a superação das crises, as soluções são apontadas para as empresas pelo próprio mercado, mas depende da atuação das forças externas a este e também da possibilidade econômica de realização dos investimentos. As crises da empresa são maléficas para a economia de um país e, diante da impossibilidade da solução pelo próprio mercado, o aparato estatal deve fornecer meios de superação dessas crises e proteger a economia do país.

Em razão dos efeitos danosos que as crises em uma empresa podem provocar, nosso ordenamento jurídico criou institutos para tentar superar as dificuldades ou para liquidar o que não é passível de recuperação. Dentre esses institutos, estão a falência, a recuperação judicial e a recuperação extrajudicial, todas disciplinadas pela Lei nº 11.101/2005.

Tal instituto jurídico fora instituído com o fito de ajudar o empresário devedor a superar a situação de crise econômico-financeira,

O regime jurídico de insolvência, posto pela LRE, assenta-se na crise econômico-financeira da empresa. É um sistema concursal cuja estrutura revela um complexo de normas protectivas da higidez empresarial e um conjunto de regras reguladoras de sua extinção quando inviável.<sup>10</sup>

Deve-se proceder à liquidação forçada do patrimônio do devedor quando não for possível ou viável a recuperação. De acordo com Perin Júnior, a falência é “uma situação legal derivada de decisão judicial (sentença declaratória da falência) em que o empresário insolvente, submete-se a um complexo de normas que objetivam a execução concursal de seu patrimônio”<sup>11</sup>. Como consequência desse instituto, “a quebra de uma empresa gera custos não somente a seus participantes diretos, mas também para a sociedade como um todo. A falência de uma empresa gera perda de empregos, de arrecadação de tributos, redução de oferta de produtos e serviços,”<sup>12</sup> conforme Jupetipe.

<sup>9</sup> VINDONSKY, Giovanna. Requisitos da Petição Inicial do Pedido de Recuperação de Falência. Disponível em <<https://giovanavidonsky.jusbrasil.com.br/artigos/451472870/requisitos-da-peticao-inicial-do-pedido-de-recuperacao-judicial>> Acesso em 08 de setembro de 2018.

<sup>10</sup> FÁZZIO JÚNIOR, Waldo. Lei de Falência e Recuperação de Empresas, p. 124.

<sup>11</sup> PERIN JÚNIOR, Écio. Curso de direito falimentar e recuperação de empresas. 3. ed. São Paulo: Método, 2006, p. 51-52

<sup>12</sup> JUPETIPE, Fernanda Karoliny Nascimento et al. Custos de falência no Brasil comparativamente aos estudos norte-americanos. Revista Direito Gv, São Paulo, V. 13 N. 1, 20-48, Jan-Abr, 2017. p.3

Os outros dois institutos tratam daquela empresa que pode ser recuperada. Para Araújo,

A recuperação foi a grande novidade trazida pela Lei 11.101/05 e é, talvez, atualmente, o instrumento mais importante para a aplicação do princípio da continuidade da atividade empresarial, uma vez que, não obstante tratar-se de matéria de direito privado, a cessação da atividade empresarial traz graves consequências para toda a coletividade que permeia a cadeia de produção: os credores perdem seus créditos; os empregados seus empregos; o fisco os tributos; a população os produtos e serviços que eram oferecidos.<sup>13</sup>

A recuperação extrajudicial atua de forma distinta, com menor intervenção jurisdicional, não existindo uma regulamentação tão detalhada, dando-se uma margem de maior liberdade para o empresário e os sujeitos interessados na solução dessa crise. Tomazeti afirma que “o papel do Poder Judiciário aqui não é essencial e, quando ele é chamado, sua atuação é eminentemente homologatória”<sup>14</sup>.

A recuperação judicial, por definição legal, traz no artigo 47 da Lei nº 11.101/2005 e tem por objetivo “viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.

Segundo Pimenta, é “uma série de atos praticados sob supervisão judicial e destinados a reestruturar e manter em funcionamento a empresa em dificuldades econômico-financeiras temporárias.”<sup>15</sup>

Nessa perspectiva, a LRE atuará como um instituto inovador, modernizando o espírito do ordenamento jurídico, para que se proteja a sociedade empresária devedora viável dos riscos inerentes à atividade a qual exerce, oportunizando meios mais acessíveis, menos burocráticos e mais eficazes, visto que propicia maior atuação dos credores.

Nesse contexto,

A Nova Lei adveio alimentada na legislação europeia, predominantemente a francesa, com alguma incursão no sistema norte americano, e representou inegável evolução no combate à crise e ao risco de insolvência da empresa e, como atalha CARLOS HENRIQUE ABRÃO (in Doutrinas Essenciais – Direito Empresarial, vol. VI, RT, 2011, pág. 344), ‘a perspectiva segura oferecida ao empresário de boa fé, cuja honestidade representa a pedra angular da reorganização societária’. **A redução da burocracia e da onerosidade no procedimento da recuperação, como na falência, aspecto esse configurador de outro dos princípios eleitos** no parecer nº 534/2004

<sup>13</sup> ARAUJO, Vitor Carvalho Curvina Costa de. Da recuperação judicial: Aspectos positivos e negativos da Lei nº 11.101/05. ConteúdoJurídico, Brasília-DF: 22 abr. 2016.

<sup>14</sup> Tomazeti, Op. Cit., p.5.

<sup>15</sup> PIMENTA, Eduardo Goulart. Recuperação de empresas. São Paulo: IOB, 2006, p. 68.

sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 71/2003, produzido na 2ª Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, sob a relatoria do Senador Ramez Tebet, e assim por este parlamentar textualmente destacado em seu excelente pronunciamento, constitui uma das razões eleitas para a minimização da atuação do Ministério Público no processamento da Recuperação Judicial, a grande novidade da Lei nº 11.101. Entre os 12 princípios que balizaram o PLC, 71, de 2003, que sucedeu ao PL 4.376 de 1993, origem da nova lei, encimado pelo da “**Preservação da Empresa**”, **destacam-se os da ‘Celeridade e Eficiência dos Processos Judiciais’, ‘Participação Ativa dos Credores’ e o da “Desburocratização da Recuperação”**. Esses princípios encontram-se textualmente destacados no parecer do relator no Senado, ao qual acabei de referir-me.<sup>16</sup> (*grifou-se*)

A Lei da Falência e de Recuperação de Empresas revela a importância que representa a empresa no contexto social e econômico, proporcionando, assim, a sua recuperação e preservação, no intuito de manter a sua função produtiva, além de estimular às atividades econômicas, e transmitir à sociedade os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, além de tratar o assunto de forma objetiva, impõe, sobretudo, a obrigatoriedade de se pugnar pela restauração da unidade produtiva.

Por outro lado, está o instituto da falência, que desde o seu requerimento a sua decretação e posterior extinção das obrigações, estabelece um processo no qual o falido se vê diante de inúmeras limitações de suas liberdades, sejam elas de ordem econômica, financeira e até mesmo no exercício de sua dignidade, visto que ao ser decretada a falência, o devedor perde a disponibilidade e a administração de seus bens que serão automaticamente arrecadados e entregues à massa.

Além disso, a empresa deixa de honrar seus compromissos junto aos credores, uma vez que serão beneficiados aqueles que estarão elencados em ordem prioritária, de acordo com o que determina a mencionada Lei 11.101/2005 em seu artigo 83.

Vê-se, pois, que a aplicação do instituto da falência, tal qual atualmente se encontra no ordenamento jurídico, implica diversos prejuízos de cunho econômico e social, ante a cessação da atividade empresarial que medeia toda a cadeia de produção, fazendo com que os empregados percam as suas profissões, os credores cessem de receber os seus créditos, o fisco, a sua arrecadação tributária, e também a sociedade, que não mais contarão com os produtos e serviços anteriormente oferecidos.

A recuperação judicial inova nesse sentido, pois passa a atuar como um instrumento hábil a preservar a continuidade da atividade empresarial, oferecendo oportunidades para que a

---

<sup>16</sup> MAURO, Maria da Penha Nobre. Participação do Ministério Público no Processo de Recuperação Judicial. Disponível em <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3543964/participacao-mp-processo.pdf>> Acesso em: 10 de out de 2018.

mesma se restabeleça, cumprindo, assim, a sua função social no seu campo de atuação, mas que, mesmo após os avanços legislativos da Lei 11.101/2005, ainda possui diversos entraves para a sua devida efetivação.

### 3 A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL

A recuperação judicial funcionará como um instrumento viabilizador da manutenção da atividade econômica. Diferentemente do caráter unicamente executivo e liquidatário da falência, os institutos da recuperação judicial e extrajudicial preocupar-se-ão com a função que tal organismo empresarial exerce na sociedade, enfatizando e concretizando o princípio da preservação da empresa.

O art. 47 Lei 11.101/2005 é claro ao estabelecer a finalidade da recuperação judicial, que evitará o comprometimento da continuidade da exploração da atividade empresarial. Assim, a legislação inova ao cuidar em analisar o momento de crise ao qual o devedor está inserido naquele momento, bem como, ponderar os interesses de todos os envolvidos na relação, contrariando o sistema precedente da concordata.

Nesse sentido, preleciona os doutrinadores Venosa e Rodrigues:

A avaliação do momento de crise que enseja o uso da recuperação judicial é imprescindível, assim como os motivos que levaram ao desequilíbrio financeiro. Não só os interesses do devedor e credor são avaliados, mas também o social, de fundamental importância para a conservação da empresa. A malsinada concordata, que anteriormente ocupava o lugar da recuperação, era um instrumento inútil para fins de recuperação; prestava-se apenas para alongar o endividamento da empresa e enriquecer devedores inescrupulosos. Os critérios para seu deferimento eram somente de natureza formal, não de avaliação do conteúdo e viabilidade real de recuperação.<sup>17</sup>

Diversas críticas se faziam em relação ao sistema antecessor disposto no Decreto-Lei nº 7.661/1945, em especial, ao seu caráter obsoleto, interessando em atuar apenas como um instrumento de garantia aos credores quirografários, prolongando o adimplemento do débito, sem quaisquer pretensões de conservação da fonte produtora de emprego e renda.

A recuperação judicial não se restringe à satisfação dos credores nem ao mero saneamento da crise econômico-financeira em que se encontra a empresa destinatária. Alimenta a pretensão de conservar a fonte produtora e resguardar o emprego, ensejando a realização da função social da empresa, que, afinal de contas, é mandamento constitucional. Por oposição ao caráter liquidatório da falência e, até mesmo, como prevenção desse remédio extremo, a recuperação judicial é uma tentativa de solução construtiva para a crise econômico-financeira do agente econômico.<sup>18</sup>

À luz da função social da empresa, inicia-se a inclusão de uma nova perspectiva no que tange ao tratamento dado às sociedades empresárias que sobrepujam um momento de crise, de

---

<sup>17</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo; RODRIGUES, Cláudia. Direito Empresarial, 8º edição, p.138.

<sup>18</sup> WALDO, Fazzio Júnior. Lei de Falência e Recuperação de Empresas, Editora XXX: 7º edição, p. 119.

modo a ofuscar o caráter unicamente desleal do empresário devedor, passando a entendê-lo como um organismo inserido dentro de um contexto econômico com diversas variáveis, estando o mesmo exposto a várias circunstâncias influenciadoras inerentes ao mercado de consumo.

Ao entender a empresa como um organismo social, fonte geradora de emprego, meio rotativo de capital, insumos e arrecadação de tributos, ergue-se, com empenho, a necessidade de se proteger a sociedade empresária das eventualidades pertinentes à atividade econômica, motivo pelo qual surge, pertinentemente, o princípio da preservação da empresa.

Assim ratifica o professor André Santa Cruz:

(...) o desenvolvimento das relações socioeconômicas fez com que o ordenamento jurídico passasse a tratar a crise da empresa de modo diverso, e assim a falência, que até pouco tempo atrás era vista como algo ocorrente apenas aos devedores desonestos, passou a ser considerada como uma situação de ocorrência comum, decorrente das dificuldades inerentes do exercício de atividade econômica. Também destacamos o fato de que o desenvolvimento econômico, verificado sobretudo após a Revolução Industrial e intensificado pelo processo de *globalização*, deixou clara a relevância das atividades econômicas para o progresso da sociedade como um todo, em função da geração de empregos, do avanço tecnológico etc. Os operadores do direito passam a se preocupar, enfim, com a *função social da empresa*, o que faz surgir no direito empresarial, com toda a força, o denominado *princípio da preservação da empresa*.<sup>19</sup>

De acordo com Fábio U. Coelho, a recuperação judicial irá dividir-se em três etapas diversas, quais sejam:

Na primeira, que se pode chamar de fase postulatória, a sociedade empresária em crise apresenta seu requerimento do benefício. Ela se inicia com a petição inicial de recuperação judicial e se encerra com o despacho judicial mandando processar o pedido. Na segunda fase, a que se pode referir como deliberativa, após a verificação de crédito, discute-se e aprova-se um plano de reorganização. Tem início com o despacho que manda processar a recuperação judicial e se conclui com a decisão concessiva do benefício. A derradeira etapa do processo, chamada de fase de execução, compreende a fiscalização do cumprimento do plano aprovado. Começa com a decisão concessiva da recuperação judicial e termina com a sentença de encerramento do processo.<sup>20</sup>

Contudo, a recuperação judicial só será possível aos empresários devedores que comprovarem a sua capacidade e a viabilidade de assumir o *status quo ante*, bem como, deverão demonstrar que a situação de crise na qual a empresa se encontra é superável, sendo a empresa hábil a se recuperar.

---

<sup>19</sup> CRUZ, André Santa. Direito Empresarial, 8ª edição, Editora Método, p. 841

<sup>20</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa. 23ª edição, São Paulo: Saraiva, 2013, p. 422.

Analiseemos, pois, as fases do processo de recuperação judicial, que iniciará com a fase postulatória, em que o empresário devedor irá requerer a efetuação da recuperação de sua sociedade empresarial, em caso de procedência, procederá para a fase deliberativa, na qual serão debatidos a viabilidade de reestruturação do organismo, para, assim, finalizar com a etapa executiva, a fim de operar a proposta aprovada.

### 3.1 FASE POSTULATÓRIA: O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O juízo competente para processar a recuperação judicial, será o foro do principal estabelecimento do devedor, consoante o art. 3º da LRE, o qual corresponderá ao lugar onde se concentrará a maior quantidade de negócios da sociedade empresaria. Para tanto, apenas sociedades empresárias, EIRELI e empresários individuais, poderão requerer a recuperação judicial, excluindo-se, portanto, os devedores civis. Nestes termos:

Só tem legitimidade ativa para o processo de recuperação judicial quem é legitimado passivo para o de falência, isto é, o empresário e a sociedade empresária. Por outro lado, a recuperação judicial tem lugar apenas se o titular da empresa em crise quiser. Se credores, trabalhadores, sindicatos ou órgão governamental tiver um plano para a reorganização da atividade econômica em estado pré-falencial, não poderá dar início ao processo de recuperação judicial caso o devedor não tenha interesse ou vontade em fazê-lo.<sup>21</sup>

Não obstante, o art. 2º da Lei de Recuperação e Falência elenca alguns empresários do âmbito de incidência dos seus dispositivos. Veja-se:

Art. 2º Esta Lei não se aplica a: I – empresa pública e sociedade de economia mista; II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

A recuperação judicial poderá ser requerida, preferencialmente, antes que o cenário de crise pelo qual a empresa está suportando se torne irreversível, devendo, pois, ser realizada antes que ocorra o pedido de falência por algum credor.

O empresário sabe quando está iniciando uma crise em sua atividade. A perda de clientes, a redução do faturamento, o desaquecimento do setor em que atua etc. são

---

<sup>21</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa. 23ª edição, São Paulo: Saraiva, 2013, p.421.

fatores que permitem ao empresário prever futuras dificuldades e tomar medidas preventivas, entre elas um eventual pedido de recuperação judicial. Em princípio, pois, a recuperação judicial será requerida antes de a crise do empresário chegar a uma situação irreversível, isto é, o pedido de recuperação geralmente é feito antes de algum credor pedir a falência do devedor.<sup>22</sup>

Contudo, não havendo prévio requerimento da execução da recuperação judicial anteriormente ao pedido de falência, o instituto de manutenção da atividade empresarial também poderá ser demandado durante o prazo de contestação a solicitação da falência solicitada pelo credor, de acordo com os arts. 95 e 96, II, da LRE, que preveem um pedido de recuperação judicial incidental ao pedido de falência.

O empresário inadimplente também deverá preencher quatro requisitos indispensáveis à recuperação judicial, os quais estarão disciplinados no art. 48 da LRE, a fim de que o juízo defira o processamento do pedido de recuperação, quais sejam: o empresário deverá exercer, no ato do requerimento, as atividades desempenhadas há mais de dois anos (devendo ser comprovada através de certidão da Junta Comercial competente, o que exclui a sociedade empresária irregular), bem como, não ser falido, porém, caso já tenha sido, que as obrigações desta resultante, já tenham sido declaradas extintas por processo transitado em julgado.

Do mesmo modo, o devedor empresário não poderá ter sido beneficiado pelo instituto em questão há menos de cinco anos, com exceção das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Ainda, o devedor não poderá ter sido condenado por crime falimentar.

Além de tais elementos materiais acima mencionados e elencados no dispositivo legal, há a necessidade do preenchimento de alguns requisitos formais,

É necessário, por exemplo, que ela torne acessíveis aos credores certas demonstrações contábeis, indispensáveis à adequada verificação de sua situação econômica, financeira e patrimonial. De outro lado, ela deve ter um plano viável de recuperação da atividade em estado crítico. Em consequência, a lei determina que a petição inicial do pedido de recuperação judicial seja necessariamente instruída com certos elementos e documentos, sem os quais não se consideram atendidas as condições para a obtenção do benefício.<sup>23</sup>

Analisaremos, pois, os elementos necessários à petição inicial do requerimento da Recuperação Judicial, a fim de que tais elementos formais possam ser devidamente preenchidos.

---

<sup>22</sup> CRUZ, André Santa. Direito Empresarial, 8ª edição, Editora Método, p. 842.

<sup>23</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa. 23ª edição, São Paulo: Saraiva, 2013, p. 423.423.



### 3.1.1 A PETIÇÃO INICIAL DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A petição que irá requerer o processamento da recuperação judicial, além de observar e cumprir as regras gerais assentadas no Código de Processo Civil de 2015, também deverá ser instruído com alguns requisitos específicos, elencados no art. 51 da LRE, que serão indispensáveis ao pedido de recuperação judicial, *in verbis*:

Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com: I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;  
 II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:  
 a) balanço patrimonial;  
 b) demonstração de resultados acumulados;  
 c) demonstração do resultado desde o último exercício social;  
 d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;  
 III – a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;  
 IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;  
 V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;  
 VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;  
 VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;  
 VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;  
 IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.

O inciso primeiro irá tratar da exposição dos motivos concretos pelo empresário devedor que levou a sociedade empresária àquela circunstância de instabilidade econômico-financeira, bem como, descrever, detalhadamente, o atual cenário patrimonial da entidade. Tal demonstração terá suma importância, visto que permitirá que o juízo e os credores verifiquem a viabilidade da empresa.

Para Fázio Júnior, a viabilidade poderá ser aferida da seguinte maneira:

Há parâmetros objetivos para aferição da viabilidade de recuperação empresarial. São os verdadeiros pressupostos, embora não declarados expressamente, da ação de recuperação judicial, quer dizer, fatores que precisam estar presentes para que a recuperação seja entrevista como recomendável: importância social e econômica da

atividade do devedor no contexto local, regional ou nacional; mão de obra e tecnologia empregadas; volume do ativo e do passivo; tempo de constituição e funcionamento do negócio; e faturamento anual e nível de endividamento da empresa.<sup>24</sup>

Posteriormente, no inciso II, será exigida as documentos contábeis referentes aos últimos 3 (três) anos da empresa, devendo conter o balanço patrimonial, a demonstração de resultados acumulados e do resultado do último exercício social, bem como, o relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção. Para que haja o devido alcance do objetivo desse dispositivo, importante se faz a o auxílio de apoio técnico especializado.

Frise-se que se tratando de ME ou EPP, estas “poderão apresentar livros e escrituração contábil simplificados nos termos da legislação específica” (§ 2º) e que tais evidências “permanecerão à disposição do juízo, do administrador judicial e, mediante autorização judicial, de qualquer interessado” (§ 1º), podendo o juiz determinar o depósito deles em cartório, inclusive de cópias (§ 3º).

Já o inciso III preleciona que o devedor deverá apresentar a relação nominal completa dos credores com os seus respectivos domicílios, bem como, o importe monetário a ser adimplido, o que também influenciará a análise da viabilidade da empresa.

No inciso IV, por sua vez, exige a listagem dos bens particulares dos administradores da sociedade empresária em crise, e a dos seus sócios controladores. Tal requisito possuirá grande valia em caso de eventual decretação da desconsideração da personalidade jurídica pelo juiz.

O dispositivo seguinte determinará a apresentação das “certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial”. Quanto a isso,

Veja-se que a LRE, ao contrário do que fazia a lei anterior, não exige a apresentação de certidões negativas dos cartórios, bastando apenas a apresentação das certidões, ainda que estas indiquem a existência de títulos protestados. Isso, portanto, não impede o processamento da recuperação. Mais uma vez o legislador mostrou-se atento ao que vinham decidindo os tribunais, uma vez que a jurisprudência entendia, na vigência da lei anterior, que a despeito de sua exigência de que o devedor não tivesse títulos protestados, era possível deferir o processamento da concordata se o protesto tivesse sido realizado *às vésperas* do requerimento, o que correspondia, na prática, aos trinta dias antecedentes.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> FÁZZIO JÚNIOR, Waldo. Lei de Falência e Recuperação de Empresas, 7ª edição, São Paulo: ATLAS, p. 134.

<sup>25</sup> JÚNIOR FÁZZIO, Waldo. Lei de Falência e Recuperação de Empresas 7ª edição, São Paulo: ATLAS, p. 846.

O último inciso do artigo 51 da LRE, consagrará a necessidade de demonstrar todas as ações judiciais, incluindo as de natureza trabalhista, em que a instituição produtora figure como parte, a fim de visualizar a proporção da situação de desequilíbrio.

Nesse sentido, insta colacionar a edição do Enunciado 78 da II Jornada de Direito Comercial,

78. O pedido de recuperação judicial deve ser instruído com a relação completa de todos os credores do devedor, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive fiscais, para um completo e adequado conhecimento da situação econômico-financeira do devedor.<sup>26</sup>

A exigência de incluir os credores fiscais também será pautada no Princípio da Transparência e no Princípio da Publicidade:

Um dos elementos citados acima merece atenção, o item “iv” *relação nominal dos credores*, pois no texto legal do artigo 51, inciso III, da Lei de Falências, é mencionado apenas a relação completa de todos os credores do devedor, sem especificá-los. Porém, é sabido que dentre esses credores incluem-se os credores fiscais. Essa inclusão, ainda que não mencionada na letra da Lei, é necessária para um completo e adequado conhecimento da situação econômico-financeira do devedor. É indispensável, portanto, que os credores, bem como o magistrado conheça a exata medida do passivo do devedor, para se confirmar a possibilidade da recuperação judicial da empresa. Referida necessidade tem fundamento no ‘Princípio da Transparência’ como também no ‘Princípio da Publicidade’.<sup>27</sup>

Não obstante, também deverá ser apresentado a relação integral dos empregados, informando as suas concernentes atividades desempenhadas, remunerações e eventuais valores devidos a receber,

É válido lembrar que também é necessário apresentar a relação integral de empregados, discriminando as funções, salários e valores pendentes de pagamento, o que inclui atrasados e indenizações ou outros benefícios a que façam jus. Nesse caso, serão arrolados apenas os empregados cujo vínculo laboral seja regido pela CLT. Os prestadores de serviços eventuais, autônomos, cooperados ou que não tenham o vínculo reconhecido pela legislação trabalhista em vigor ficam fora desse quadro, devendo ser inseridos entre os credores quirografários.<sup>28</sup>

<sup>26</sup> TARTUCE, Flávio. II Jornada de Direito Comercial CJF. Enunciados aprovados. Disponível em <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/noticias/175670102/ii-jornada-de-direito-comercial-cjf-enunciados-aprovados>> Acesso em 21 de set. de 2018.

<sup>27</sup> VINDONSKY, Giovanna. Requisitos da Petição Inicial do Pedido de Recuperação de Falência. Disponível em <<https://giovanavidonsky.jusbrasil.com.br/artigos/451472870/requisitos-da-peticao-inicial-do-pedido-de-recuperacao-judicial>> Acesso em 08 de set. de 2018.

<sup>28</sup> VINDONSKY, Giovanna. Requisitos da Petição Inicial do Pedido de Recuperação de Falência. Disponível em <<https://giovanavidonsky.jusbrasil.com.br/artigos/451472870/requisitos-da-peticao-inicial-do-pedido-de-recuperacao-judicial>> Acesso em 08 de setembro de 2018.

Após a elaboração da relação de todos os credores e o preenchimento de todas as demais premissas mencionadas, estas serão apresentadas ao juízo competente, por meio de petição inicial, o qual deverá proferir o despacho de deferimento do pedido de recuperação judicial.

### 3.1.2 DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Estando preenchidos todos os requisitos exigidos pela legislação, o juízo competente irá pronunciar o despacho de deliberação do processamento da recuperação judicial, “trata-se de exame preliminar sobre a idoneidade da documentação que ampara o pedido e sobre a viabilidade econômica da recuperação, ainda que em sede sumária.”<sup>29</sup>

Nesse sentido, posiciona-se Giovanna Vindonsky:

Estando em termos a documentação exigida para a instrução da petição inicial, o juiz proferirá o despacho mandando processar a recuperação judicial. Note-se que esse despacho não se confunde com a ordem de autuação ou outros despachos de mero expediente. Não se confunde também com a decisão concessiva da recuperação judicial. O pedido de tramitação é acolhido no despacho de processamento, em vista apenas de dois fatores — a legitimidade ativa da parte requerente e a instrução nos termos da lei. Ainda não está definido, porém, que a sociedade devedora é viável e, portanto, tem o direito ao benefício. Só a tramitação do processo, ao longo da fase deliberativa, fornecerá os elementos para a concessão da recuperação judicial.<sup>30</sup>

Todavia, caso a petição inicial se ausente de algum pressuposto, deverá o juiz conceder prazo para que o autor emende a exordial, nos termos da legislação e em concordância ao Princípio da Instrumentalidade das Formas:

Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.<sup>31</sup>

Estando, porém, a petição inicial devidamente instruída, o juiz deverá proceder ao encaminhamento da recuperação judicial, bem como, determinará a realização de atos

<sup>29</sup> MORAES, Leonardo T. As Fronteiras Transnacionais da Recuperação e Falência. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI191343,91041-As+fronteiras+transnacionais+da+recuperacao+e+falencia>>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

<sup>30</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 201, p. 423.

<sup>31</sup> DOSSO, Ricardo César. O Deferimento da Recuperação Judicial. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)> Acesso em: 15 de set de 2018.

específicos para o seu efetivo seguimento, os quais estarão previstos no art. 52 da LRE, vejamos:

Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:

I – nomeará o administrador judicial, observado o disposto no art. 21 desta Lei;

II – determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observando o disposto no art. 69 desta Lei;

III – ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei;

IV – determinará ao devedor a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

V – ordenará a intimação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento.

§ 1º O juiz ordenará a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, que conterá:

I – o resumo do pedido do devedor e da decisão que defere o processamento da recuperação judicial;

II – a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito;

III – a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art. 7º, § 1º, desta Lei, e para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor nos termos do art. 55 desta Lei.

§ 2º Deferido o processamento da recuperação judicial, os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembléia-geral para a constituição do Comitê de Credores ou substituição de seus membros, observado o disposto no § 2º do art. 36 desta Lei.

§ 3º No caso do inciso III do **caput** deste artigo, caberá ao devedor comunicar a suspensão aos juízos competentes.

§ 4º O devedor não poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembléia-geral de credores.<sup>32</sup>

Este deferimento do processamento da recuperação judicial não expressa que o instituto fora concedido, uma vez que tal concessão só ocorrerá posteriormente, visto que nesse momento “o juiz apenas está deferindo o *processamento do pedido de recuperação*, por entender, após juízo sumário de cognição, que aquele atendeu aos requisitos mínimos exigidos pela lei.”<sup>33</sup>

<sup>32</sup> BRASIL. Lei nº11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 fev. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm)>. Acesso em: 20jun. 2018.

<sup>33</sup> CRUZ, André Santa. Direito Empresarial, 8º edição, Editora Método, p. 847.

Quanto a este deferimento, o Enunciado número 54 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal irá dispor que “o deferimento do processamento da recuperação judicial não enseja o cancelamento da negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito e nos tabelionatos de protestos”.<sup>34</sup> Todavia, o juiz poderá suspender os efeitos de tais negativações.

Sendo assim, o deferimento do processamento de recuperação judicial,

Trata-se de ato da maior importância nos processos de recuperação judicial, pois é com o deferimento inicial do pedido que a empresa passa a ter, durante até 180 (cento e oitenta) dias, relativa tranquilidade financeira e operacional para se reorganizar e elaborar seu plano de recuperação.<sup>35</sup>

A partir do deferimento da recuperação judicial, iniciará a contagem do prazo da “suspensão do curso da prescrição e todas as ações em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário”<sup>36</sup>, que deverá suceder até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, consoante preleciona o art. 6º, § 4º da LRE.

Vê-se, pois, que tal ato possuirá o condão de prevenir os eventuais prejuízos aos credores, bem como, certificará a sobrepujação da crise econômico-financeira acometida pela empresa demandante.

### 3.1.2.1 DESISTÊNCIA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Vale ressaltar a premissa constante no artigo 52 da LRE em seu parágrafo 4º, a qual instituirá que “o devedor não poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembleia-geral de credores.”<sup>37</sup>

É dizer, o efetivo requerimento da recuperação judicial pela sociedade empresarial devedora, através de petição inicial devidamente instruída com todas as informações

---

<sup>34</sup> Brasil. I Jornada de Direito Comercial, Enunciado número 54. Disponível em <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/127>> Acesso em: 15 de set de 2018.

<sup>35</sup> DOSSO, Ricardo César. O Deferimento da Recuperação Judicial. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/L13105.htm)> Acesso em: 15 de set de 2018.

<sup>36</sup> BRASIL. Lei nº11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9fev. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm)>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

<sup>37</sup> Normas Legais. O pedido e Processamento da Recuperação Judicial. Disponível em <<http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/pedido-de-processamento-da-recuperacao-judicial.htm>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

requisitadas no art. 51 da LRE, ocasionará a apreciação do Judiciário que determinará, imperiosamente, o processamento de tal instituto.

Destarte, para que a empresa inadimplente possa desistir de efetivar o processamento, esta devesse contar com a aprovação dos credores, que ocorrerá através de assembleia-geral.

### 3.2 FASE DELIBERATIVA: APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Deferido o processamento da recuperação judicial pelo juízo, após apresentadas as informações exigidas pela legislação por meio da petição inicial, o plano de recuperação judicial da empresa deverá ser desenvolvido e ofertado pela demandante ao juízo competente no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão concessiva, sob pena de convalidação em falência, conforme indica o art. 53 da LRE.

O plano de recuperação deverá demonstrar detalhadamente e discriminadamente os meios pelos quais se objetiva utilizar para que o empreendimento consiga sobrepujar as dificuldades as quais enfrenta, superando a situação de crise.

Quanto ao plano de recuperação judicial, ensina Fábio U. Coelho:

A mais importante peça do processo de recuperação judicial é o plano de recuperação judicial (ou de “reorganização da empresa”). Depende exclusivamente dele a realização ou não dos objetivos associados ao instituto, quais sejam, a preservação da atividade econômica e o cumprimento de sua função social. Se o plano de recuperação é consistente, há chances de a empresa se reestruturar e superar a crise em que mergulhara. Terá, nesse caso, valido a pena o sacrifício imposto diretamente aos credores e, indiretamente, a toda a sociedade brasileira. Mas se o plano for inconsistente, limitar-se a um papelório destinado a cumprir mera formalidade processual, então o futuro do instituto é a completa desmoralização.  
(...)

O plano de recuperação deve indicar pormenorizada e fundamentadamente o meio ou meios pelos quais a sociedade empresária devedora deverá superar as dificuldades que enfrenta. No tocante à alteração das obrigações da beneficiária, a lei se preocupou em estabelecer quatro balizas: a) os empregados com direitos vencidos na data da apresentação do pedido de recuperação judicial devem ser pagos no prazo máximo de 1 ano, devendo ser quitados os saldos salariais em atraso em 30 dias; b) deve-se buscar o parcelamento do crédito fiscal na forma autorizada pelo art. 155-A do CTN; c) se o plano prevê a alienação de bens onerados (hipotecados ou empenhados), a supressão ou substituição da garantia real depende da expressa aprovação do credor que a titulariza. Entenda-se bem: para a simples supressão ou substituição de uma garantia real, é suficiente que o plano de recuperação judicial seja aprovado, com ou sem o voto do titular da garantia; se, porém, for prevista a alienação do bem como meio de recuperação judicial, será indispensável a concordância dele; nos créditos em moeda estrangeira, sua conversão para a moeda nacional depende de expressa concordância do titular do crédito.<sup>38</sup>

<sup>38</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 425-426.

E nas palavras de Tarcísio Teixeira:

O plano de recuperação judicial consiste na estratégia traçada para se recuperar a empresa em crise. Esta estratégia pode ser traçada pelo próprio empresário, advogado ou profissional contratado para tal fim. No mercado existem empresas especializadas em elaborar estratégias para a recuperação empresarial, as quais contam com profissionais de diversas áreas: contabilidade, economia, administração de empresas, direito etc.<sup>39</sup>

Ainda, o dispositivo consagrará em seus incisos os pressupostos do plano de recuperação, veja-se:

Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência, e deverá conter: I – discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo; II – demonstração de sua viabilidade econômica; e III – laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.<sup>40</sup>

Para tanto, deverão “os juízes e promotores devem ter particular preocupação para o plano seja viável e tecnicamente consistente, de forma que todos os esforços investidos e gastos realizados e providências adotadas se justifiquem.”<sup>41</sup>

Nesta enseada, a fim de conceder maior publicidade, o juízo responsável irá lançar edital de aviso aos credores, informando o devido recebimento do plano de recuperação judicial pela instituição empresária, ora parte autora, bem como, determinará prazo para que os interessados possam se manifestar, de acordo com o parágrafo único do artigo supracitado.

Após a apresentação do plano, concernirá à assembleia dos credores debater, analisar e votar sobre a proposta apresentada. Desta análise, caberão três resultados: “a) aprovação do plano de recuperação, por deliberação que atendeu ao quorum qualificado da lei; b) apoio ao

<sup>39</sup> TEIXEIRA, Tarcísio. A Recuperação Judicial de Empresas. Disponível em <[http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/a\\_recuperacao\\_judicial\\_de\\_empresas.pdf](http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/a_recuperacao_judicial_de_empresas.pdf)>. Acesso em 22 de set. de 2018.

<sup>40</sup> BRASIL. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 fev. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm)>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

<sup>41</sup> TOIGO, Daille Costa. O Plano de Recuperação Judicial. Disponível em <<https://daileitoigo.jusbrasil.com.br/artigos/317150352/o-plano-de-recuperacao-judicial>>. Acesso em: 22 de set. de 2018.



plano de recuperação, por deliberação que quase atendeu a esse quórum qualificado; c) rejeição de todos os planos discutidos.”<sup>42</sup>

Ambos os casos serão submetidos ao juízo, sendo diversas as decisões judiciais possíveis em cada resultado. Caso haja o consentimento dos credores do plano de recuperação, o juiz apenas irá homologar a aprovação do plano pelos credores; caso haja o apoio, porém, com modificações no plano, o juízo terá que, discricionariamente, aprovar ou não o plano que quase alcançou todo o *quórum* qualificado. Em sendo rejeitado, o juiz deverá decretar a falência da sociedade empresária demandante.

Assim preceitua André Santa Cruz:

Em suma: a assembleia geral de credores pode tomar basicamente três decisões sobre o plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor: (i) aprovar sem alterações; (ii) aprovar com alterações; (iii) não aprovar. No primeiro caso, aprovação sem alterações, a própria assembleia já pode eleger os membros do comitê de credores, se for o caso, e passa-se à fase do art. 57 da LRE, que será analisado a seguir. No segundo caso, aprovação com alterações, será necessário que o devedor consinta expressamente com as mudanças e que elas não causem prejuízos aos credores ausentes, que não puderam votar. Cumpridos esses requisitos, passa-se à fase do art. 57. No terceiro caso, não aprovação do plano, cabe ao juiz, em princípio, decretar a falência do devedor, porque a decisão dos credores é soberana. Existe apenas um caso em que a não aprovação do plano em assembleia não impede o juiz de conceder a recuperação judicial, que analisaremos adiante: trata-se da hipótese prevista no art. 58, § 1.º, da LRE, em que ocorre uma “quase aprovação”. Sendo esse o caso, e entendendo o juiz pela concessão, passa-se também à fase do art. 57.<sup>43</sup>

Destarte, o plano de recuperação judicial objetivará discriminar de maneira detalhada os meios de recuperação a serem empenhados, bem como, a demonstração da viabilidade econômica, já analisada. Para tanto, deverá contar com dois laudos subscritos por contador ou empresa especializada, contendo a avaliação patrimonial e o econômico financeiro.

A legislação também se preocupou em instituir quatro limitações. A primeira, é que o plano de recuperação não contará com prazo superior a 1 (um) ano para o devido adimplemento das dívidas decorrentes da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial, devendo ser quitados em 30 dias os saldos salariais em atraso.

Não há na lei uma menção sobre o termo inicial do prazo para regularização dessas pendências trabalhistas, deve-se considera-lo o dia do vencimento da obrigação, por exemplo: se a requerente da recuperação judicial, na data da distribuição do pedido,

<sup>42</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 426.

<sup>43</sup> CRUZ, André Santa. Direito Empresarial, 8º edição, Editora Método, p.868.

devia há 5 meses uma indenização ao empregado *Antônio*, ela deve pagá-la nos 7 meses seguintes.<sup>44</sup>

Outra é que a legislação impõe a viabilidade do parcelamento do crédito fiscal, de acordo com o preconizado pelo Código Tributário Nacional, em seu art. 155 -A e parágrafos do CTN. Também será possível o plano prever a alienação de bens onerados, a supressão ou substituição da garantia real depende da expressa concordância do credor que a titulariza.

Para a simples supressão ou substituição de uma garantia real, é suficiente que o plano de recuperação seja aprovado, até mesmo se o titular da garantia não tenha votado em favor do plano, mas sua aprovação basta para a supressão ou substituição. Contudo, se for prevista a alienação do bem como meio de recuperação judicial será indispensável a concordância do credor titular da garantia real. Portanto, a apenas a alienação da coisa hipotecada ou empenhada depende da anuência expressa do titular da garantia, mas não sua mera supressão ou substituição. Isto porque se for decretada a falência da sociedade devedora, a garantia real suprimida ou substituída se reestabelece por completo, mas o bem onerado e vendido não mais compõe ou integrará o patrimônio da sociedade devedora falida.<sup>45</sup>

Ressalta-se que as microempresas e empresas de pequeno porte poderão apresentar livros e escrituração contábil simplificados, em vez das demonstrações citadas exigidas (LRF, art. 51, § 2º). Por fim, as obrigações constantes em moeda estrangeira, poderão contar com as suas conversões para a moeda nacional, caso o titular do crédito concorde expressamente.

### 3.2.1 MANIFESTAÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Após o deferimento de processamento da recuperação judicial e a apresentação do plano de recuperação judicial pela empresa requerente tempestivamente, “o juiz ordenará a publicação de edital contendo aviso aos credores sobre o recebimento do plano de recuperação e fixando o prazo para a manifestação de eventuais objeções (...)”, conforme preleciona o art. 53, parágrafo único.

Dessa maneira, caberá aos credores decidirem se o requerente terá direito a concessão da recuperação, visto que “qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de

<sup>44</sup> TOIGO, Daille Costa. O Plano de Recuperação Judicial. Disponível em <<https://dailetoigo.jusbrasil.com.br/artigos/317150352/o-plano-de-recuperacao-judicial>>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

<sup>45</sup> TOIGO, Daille Costa. O Plano de Recuperação Judicial. Disponível em <<https://dailetoigo.jusbrasil.com.br/artigos/317150352/o-plano-de-recuperacao-judicial>>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

recuperação judicial no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação da relação de credores.”<sup>46</sup>, nos termos do art. 7º, §7º da LRE.

No entanto,

(...) pode ocorrer de o plano não ter sido ainda apresentado nessa data, o que acontecerá quando o procedimento de habilitação e verificação dos créditos for rápido. Nesse caso, o plano pode ainda não ter sido apresentado, visto que o devedor tem, conforme vimos, 60 dias para cumprir tal dever. Assim, aplica-se a regra do parágrafo único do art. 55: o prazo das objeções só será contado a partir da publicação do aviso de recebimento do plano, nos termos do art. 53, parágrafo único, da LRE.<sup>47</sup>

Caso haja alguma objeção de algum credor ao plano de recuperação judicial, o juízo deverá proceder à convocação de assembleia geral de credores a fim de deliberar sobre o plano de recuperação, através dos membros do Comitê de Credores constituído. Tal realização deverá ocorrer em até cento e cinquenta dias contados do deferimento da recuperação judicial, em obediência ao art. 56, §1º da LRE.

Na ocasião, o plano de recuperação judicial poderá passar por modificações, desde que tais alterações sejam de ciência e expressa concordância do devedor, bem como, que não impliquem usurpação dos direitos unicamente dos credores faltosos. Porém, caso não hajam objeções, haverá uma aprovação tácita.

O Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.014.153/RN, já pacificou o entendimento que o credor poderá desistir da objeção apresentada contra o plano, se o fizer anteriormente a convocação da assembleia geral.

### 3.2.2 A CONCESSÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

De acordo com o art. 57 da LRE, após a aprovação do plano de recuperação judicial pela assembleia geral de credores, ou transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem a impugnação destes, caberá a sociedade em recuperação providenciar as certidões negativas de débitos tributários na forma prevista na legislação tributária em seus artigos 151, 205, 206, do Código Tributário Nacional.

Também poderá ser concedida a recuperação judicial consoante o art. 45 da LRE, desde que, na mesma assembleia, tenha obtido, de maneira cumulativa:

<sup>46</sup> Normas Legais. O pedido e Processamento da Recuperação Judicial. Disponível em <<http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/pedido-de-processamento-da-recuperacao-judicial.htm>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

<sup>47</sup> CRUZ, André Santa. Direito Empresarial, 8ª edição, Editora Método, p. 866.

a) o voto favorável de credores que representem mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembleia, independentemente de classes; b) a aprovação de 2 (duas) das classes de credores ou, caso haja somente 2 (duas) classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos 1 (uma) delas; c) na classe que o houver rejeitado, o voto favorável de mais de 1/3 (um terço) dos credores, computados da seguinte forma, o que a proposta deverá ser aprovada por credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembleia e, cumulativamente, pela maioria simples dos credores presentes, e em relação a classe dos titulares de créditos trabalhistas e acidentes de trabalho, o que a proposta deverá ser aprovada pela maioria simples dos credores presentes, independentemente do valor de seu crédito.<sup>48</sup>

Desta maneira, da decisão judicial que ofertar a recuperação judicial constituirá título executivo judicial, nos termos do artigo 584 inciso III do Código de Processo Civil, e contra esta poderá ser interposto o recurso de Agravo de Instrumento, por qualquer credor ou pelo Ministério Público, conforme o art. 59 da LRE.

### 3.3 A ALIENAÇÃO JUDICIAL DE FILIAIS OU UNIDADES PRODUTIVAS

Caso o plano de recuperação judicial deferido envolver alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas da empresa que requereu a recuperação, o juízo irá ordenar a sua realização, observado se alienação será realizada mediante leilão, por lances orais, propostas fechadas ou por pregão.

Por fim, vale destacar que é comum que no plano de recuperação judicial apresentado aos credores o devedor proponha, como meio de recuperação, a alienação de ativos ou mesmo de filiais. Nesse caso, muitos potenciais interessados poderiam desistir do negócio com medo de assumir, como sucessor, débitos antigos (por exemplo, dívidas trabalhistas dos antigos funcionários de uma determinada filial ou dívidas tributárias de um imóvel etc.). Pensando nisso, conforme já mencionamos, a LRE estabeleceu, no art. 60, uma regra muito interessante, mas também muito polêmica: na venda de filiais ou unidades produtivas isoladas do devedor, desde que essa venda esteja prevista no plano aprovado pela assembleia, o arrematante (a venda será feita em hasta pública: leilão, pregão ou propostas fechadas) não assumirá qualquer ônus ou débito. O parágrafo único do art. 60 é muito claro: o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária.<sup>49</sup>

Sobre o instituto, fora aprovado o Enunciado 47 da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal, que dispõe:

<sup>48</sup> Normas Legais. O pedido e Processamento da Recuperação Judicial. Disponível em <<http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/pedido-de-processamento-da-recuperacao-judicial.htm>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

<sup>49</sup> CRUZ, André Santa. Direito Empresarial, 8ª edição, Editora Método, p. 872.

Nas alienações realizadas nos termos do art. 60 da Lei 11.101/2005, não há sucessão do adquirente nas dívidas do devedor, inclusive nas de natureza tributária, trabalhista e decorrentes de acidentes de trabalho<sup>50</sup>

Cumprir dizer que o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e que não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, o que essas situações não se aplicarão quando o arrematante for: a) sócio da sociedade falida, ou sociedade controlada pelo falido; b) parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do falido ou de sócio da sociedade falida; ou, c) identificado como agente do falido com o objetivo de fraudar a sucessão.

### 3.4 A DECISÃO JUDICIAL QUE CONCEDE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEUS EFEITOS

Após o provimento jurisdicional, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial.

Nesse sentido,

O devedor em recuperação judicial não tem suprimida sua capacidade ou personalidade jurídica. Continua existindo como sujeito de direito apto a contrair obrigações e titularizar crédito. Sofre uma única restrição: os atos de alienação ou oneração de bens ou direitos do ativo permanente só podem ser praticados se úteis à recuperação judicial. A utilidade do ato é presumida em termos absolutos se previsto no plano de recuperação judicial aprovado em juízo. Nesse caso, o bem pode ser vendido ou onerado, independentemente de qualquer outra formalidade ou anuência. Mas, se não constarem do plano de recuperação homologado ou aprovado pelo juiz, a utilidade do ato para a recuperação judicial deve ser apreciada pelos órgãos desta. Assim, a alienação ou oneração só poderá ser praticada mediante prévia autorização do juiz, ouvido o comitê. Durante toda a fase de execução, a sociedade empresária agregará ao seu nome a expressão 'em recuperação judicial', para conhecimento de todos que com ela se relacionam negocial e juridicamente. A omissão dessas expressões implica responsabilidade civil direta e pessoal do administrador que tiver representado a sociedade em recuperação no ato em que ela se verificou. Será, outrossim, levado à inscrição na Junta Comercial o deferimento do benefício.<sup>51</sup>

Neste tempo, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convalidação da recuperação em falência. Caso esta ocorra, os credores terão reconstituídos seus

<sup>50</sup> Brasil.I Jornada de Direito Comercial, Enunciado número 102. Disponível em <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/102>> Acesso em: 25 de set de 2018.

<sup>51</sup> COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 427-428.

direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial.

Ainda, após o período de 2 (dois) anos estipulado pela legislação, em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano de recuperação judicial, qualquer credor poderá requerer a execução específica ou a falência com base no art. 94 da LRE.

### 3.5 A SENTENÇA DE ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo legal de 2 (dois) anos, o juízo competente sentenciará o encerramento da recuperação judicial, bem como, determinará algumas medidas pertinentes, quais sejam:

- a) o pagamento do saldo de honorários ao administrador judicial, somente podendo efetuar a quitação dessas obrigações mediante prestação de contas, no prazo de 30 (trinta) dias, e aprovação do relatório circunstanciado do administrador judicial; b) a apuração do saldo das custas judiciais a serem recolhidas; c) a apresentação de relatório circunstanciado do administrador judicial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, versando sobre a execução do plano de recuperação pelo devedor; d) a dissolução do Comitê de Credores e a exoneração do administrador judicial; e) a comunicação ao Registro Público de Empresas para as providências cabíveis.<sup>52</sup>

Concluído todo o trâmite processual, o instituto terá, pois, cumprido o seu principal objetivo, atuando de forma a proporcionar a sociedade empresária que passou pelo processo de recuperação judicial, as condições hábeis à superação da crise econômico-financeira, permitindo que tal organismo social possa continuar a exercer a sua atividade e cumprir com a sua função perante a sociedade.

---

<sup>52</sup> Normas Legais. O pedido e Processamento da Recuperação Judicial. Disponível em <<http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/pedido-de-processamento-da-recuperacao-judicial.htm>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

#### 4 EFEITOS TRANSNACIONAIS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS E O PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE

Com o processo de globalização e a inserção do sistema capitalista, as sociedades empresárias passaram a difundir-se mundo afora, a fim de atender a um público maior, bem como, expandir a sua atividade, consoante atesta os Princípios da Lucratividade e da Economicidade, criando uma espécie de “arquipélagos empresariais”, nestes termos:

Lucratividade traduz a ideia econômica de lucro, de obtenção de mais valia dentro de um sistema de produção capitalista, tal como acima referido, ou seja, da perseguição do incremento da mais valia, do lucro no sentido de ser tanto melhor quanto maior. Este é o sentido econômico de lucro capitalista.<sup>53</sup>

Em outras palavras “esse estabelecimento trata-se de um conglomerado econômico que possui como característica principal a difusão de produtos e serviços por diversas regiões, configurando assim, um mercado globalizado.”<sup>54</sup>

As empresas transnacionais também podem ser definidas como sendo:

Multinacionais, também conhecidas como transnacionais, são empresas que possuem matriz num país e possuem atuação em diversos países. Geralmente são grandes empresas que instalam filiais em outros países em busca de mercado consumidor, energia, matéria-prima e mão de obra baratas. (...) Estas empresas costumam produzir produtos para comercializar nos países em que atuam ou até mesmo para enviar produtos para serem vendidos no país de origem ou outros países. Dentro do contexto atual da globalização, é muito comum as empresas multinacionais produzirem cada parte de um produto em países diferentes, com o objetivo de reduzir custos de produção. A entrada de empresas multinacionais num país é algo positivo, pois gera empregos e desenvolvimento. Porém, grande parte do lucro obtido por estas empresas é enviada para a matriz.<sup>55</sup>

Ocorre que, eventualmente, algumas destas multinacionais, devido à incidência de fatores externos comuns à atividade que exercem, acabam tornando-se insolventes. A partir de então, haverão, para tanto, diversos procedimentos de insolvência a serem aplicados, visto que atuam em diversos países com ordenamentos jurídicos distintos.

<sup>53</sup> CÉLIO, Hirakuta. Empresas Transnacionais e o Comércio Exterior: Uma análise das estratégias das filiais brasileiras no contexto da abertura econômica. Disponível em <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP\\_021f130bfaa7e6b72b5ac9f14babbb38](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_021f130bfaa7e6b72b5ac9f14babbb38)>. Acesso em: 28 de

<sup>54</sup> CLARENTINO, Nórton Lima; MONTEIRO, Dermison Cunha. Os efeitos transnacionais da falência e da recuperação de empresas. Disponível em <<https://www.webartigos.com/artigos/os-efeitos-transnacionais-da-sentencia-declaratoria-de-falencia-e-recuperacao-judicial-de-acordo-com-a-lei-11-101-2005/139089>> Acesso em 07 de set de 2018.

<sup>55</sup> Sua pesquisa. Empresas Multinacionais. Disponível em: <[https://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/empresas\\_multinacionais.htm](https://www.suapesquisa.com/o_que_e/empresas_multinacionais.htm)>. Acesso em: 28 de set. de 2018.

(...) vale apontar que toda atividade empresarial, em maior ou menor grau, envolve risco; por isso, o ordenamento jurídico, em especial as leis empresariais, busca estimular o desenvolvimento da atividade econômica por meio de incentivos, como, por exemplo, com regras sobre a separação patrimonial e a limitação de responsabilidade. Assim, o instituto da recuperação de empresa deve ser visto como mais um incentivo ao empreendedorismo, uma vez que se pode contar com essa ferramenta em caso de uma crise afetar a atividade empresarial.<sup>56</sup>

Apesar das importantes inovações trazidas com o advento da Lei 11.101/2005, que consagrou, entre outros, o instituto da recuperação judicial, oportunizando o empresário devedor sobrepujar a situação da crise econômico-financeira a qual o assolou, em nada contribuiu para os efeitos transnacionais de tais procedimentos.

Com efeito, a nova Lei de falência e recuperação de empresas trouxe ótimas mudanças com relação à estruturação do processo, mas continuou omissa com relação aos efeitos transnacionais. A falta de previsão normativa sobre o instituto da recuperação envolvendo empresas fora dos limites nacionais não impossibilita, necessariamente, que elas participem do processo de recuperação. Resolve-se, portanto, de acordo com a analogia, os costumes e os Princípios gerais do Direito, sendo este as fontes principais do Direito Internacional.<sup>57</sup>

Por esse motivo, indaga Campinho<sup>58</sup>, qual deverá ser o juízo competente em tais casos? São dois ou mais sistemas que se apresentam como resposta: o da prevenção e o da filial principal. Naquele, seria prevento o juízo ao qual primeiro se ingressou com o requerimento; já neste, prevaleceria a jurisdição local de situação da filial principal da matriz estrangeira.

Em verdade, o art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro preceitua que “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”.

A Constituição Federal da República, por sua vez, prevê que o Superior Tribunal de Justiça será o órgão competente a homologar sentença estrangeira a fim de tornar-se eficaz na jurisdição brasileira. É dizer, em virtude de previsão própria, será possível a aplicação e o reconhecimento de recuperação judicial processada em outro país no Brasil.

<sup>56</sup> CÉLIO, Hirakuta. Empresas Transnacionais e o Comércio Exterior: Uma análise das estratégias das filiais brasileiras no contexto da abertura econômica. Disponível em <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP\\_021f130bfaa7e6b72b5ac9f14babbb38](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_021f130bfaa7e6b72b5ac9f14babbb38)>. Acesso em: 28 de set. de 2018.

<sup>57</sup> PEREIRA, Alaycia do Vale; RIBEIRO, Amanda Araújo; MARTINS, Thiago César. O processo de recuperação judicial de empresas multinacionais e a influência do princípio da territorialidade. Disponível em <<https://thiagocesarlms.jusbrasil.com.br/artigos/408828936/o-processo-de-recuperacao-judicial-de-empresas-multinacionais-e-a-influencia-do-principio-da-territorialidade>> Acesso em 16 de set de 2018.

<sup>58</sup> CAMPINHO, Sérgio. Falência e Recuperação de Empresa. 2 ed. Rio de Janeiro: renovar, 2006, p. 39.



Todavia, a legislação específica ao tema, a Lei de Falência e Recuperação Judicial, carece de tal previsão, não havendo quaisquer disposições acerca da atuação do processamento dos institutos em filiais de multinacionais que aqui tentam superar a crise econômico-financeira. Sendo assim,

Se o agente econômico brasileiro domiciliado no Brasil tem estabelecimento no estrangeiro, em regra a sentença não é exequível aqui, mas, se a decretação da falência emanar de juízo estrangeiro onde ele efetivamente está domiciliado, aqui poderá ser homologada e executada.<sup>59</sup>

Consoante já demonstrado, a Lei 11.101/05, em seu art. 3º institui que a competência para processar a recuperação judicial deverá ser a do local onde se realizem a maior quantidade de negócios da empresa requerente, atuando naquela região o principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do país.

À luz do dispositivo supra, vê-se, pois, que o ordenamento jurídico brasileiro adotou, de maneira tácita, o Princípio da Territorialidade como orientador dos institutos da falência e da recuperação judicial. Sendo assim, a sentença que decreta a falência só terá efeitos na jurisdição brasileira.

#### Campinho complementa que tal instituto

Deflui do preceito o ‘sistema da territorialidade’ como critério ou princípio para inspirar a regra de competência. Limitam-se os efeitos da falência ou da recuperação ao próprio país, reconhecendo-se a supremacia da Justiça Nacional para conhecer das matérias. A filial, agência ou sucursal da matriz estrangeira, situada no Brasil, fica considerada como um estabelecimento físico autônomo com administração própria. Os efeitos da declaração da falência, por exemplo, serão produzidos tão-somente em relação aos bens do empresário alienígena situados no Brasil, não envolvendo a matriz situada no exterior.<sup>60</sup>

Tal norte principiológico foi consagrado a partir de uma decisão acordada pelos Estados em resposta aos elevados índices de requerimentos de recuperação judicial, e casos de falência. Foi, ainda, adotado e aplicado pelo STJ, no REsp n. 19.263/ RS, em decisão proferida pela quarta turma, pelo relator Ministro Torreão Braz, no ano de 1994, *in verbis*:

EXPORTAÇÃO DE CALÇADOS. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA BRASILEIRA. Na ausência de estipulação em contrato escrito, a questão concernente ao lugar do cumprimento da obrigação, no contrato de exportação, envolve exame de prova, a cujo respeito é soberano o tribunal local. Entendendo este que em território nacional deve ser cumprida a

<sup>59</sup> FAZZIO JUNIOR, Waldo. Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas. São Paulo: Atlas, 2005, p. 54.

<sup>60</sup> CAMPINHO, Sérgio. Falência e Recuperação de Empresa. 2 ed. Rio de Janeiro: renovar, 2006, p. 38-39.

obrigação, incidem os artigos 12 da Lei de Introdução ao Código Civil e 88, inciso II, do Código de Processo Civil, que consagram a competência da Justiça brasileira para os litígios oriundos do negócio jurídico. A sentença estrangeira que declara a falência de empresa comercial só tem eficácia no Brasil depois de homologada pelo Supremo Tribunal Federal, de acordo com as disposições legais em vigor. Dissídio de interpretação não comprovado. Recurso não conhecido. (STJ - REsp: 19.263 - RS Relator: Ministro ANTÔNIO TORREÃO BRAZ, QUARTA TURMA. Recorrente: DIRECT IMPORT CORPORATION OF AMERICA. Recorrido: A. N. DO AMARAL E CIA. LTDA. Data de Julgamento: 19/04/20094. Publicação em 22/08/1994).<sup>61</sup>

De acordo com este princípio, as multinacionais estarão sujeitas às normas pertencentes ao país o qual se requereu o processamento da recuperação judicial. Desta feita, os empresários que possuem sede no exterior, ao serem consagrados pelos institutos abarcados pela Lei de Falência e Recuperação Judicial, terão os seus efeitos limitados, e consequentemente, por vezes, frustrados.

Ademais, com a multiplicidade de novas empresas transnacionais, foi preciso aplicar o princípio da territorialidade, tendo seu surgimento decorrido de uma decisão dos estados que remeteu a crescente internacionalização dos casos de falência e recuperação judicial. (CAMPANA FILHO, 2013). Por este princípio da territorialidade, entende-se que o juízo de cada Estado tem jurisdição exclusiva sobre os bens do devedor nele localizados, e como resultado, o direito de cada um desses Estados governa e arrecada ativos e distribui valores aos credores.<sup>62</sup>

Evidencia-se que a atual Lei 11.101/2000 possui uma prejudicial lacuna à aplicação da aplicação da Recuperação Judicial nas empresas multinacionais, efetuando diversos debates e entendimentos diversos quanto aos efeitos transnacionais da recuperação das sociedades empresárias.

---

<sup>61</sup>BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº. 19.263 da 4ª Turma Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 19 de abril de 1994. Lex: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-240, ago. 1998.. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num\\_registro=199200045499&dt\\_publicacao=22-08-1994&cod\\_tipo\\_documento=1&formato=undefined](https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199200045499&dt_publicacao=22-08-1994&cod_tipo_documento=1&formato=undefined)> Acesso em 02 de out. de 2018.

<sup>62</sup>PEREIRA, Alaycia do Vale; RIBEIRO, Amanda Araújo; MARTINS, Thiago César. O processo de recuperação judicial de empresas multinacionais e a influência do princípio da territorialidade. Disponível em <<https://thiagocesarl.m.jusbrasil.com.br/artigos/408828936/o-processo-de-recuperacao-judicial-de-empresas-multinacionais-e-a-influencia-do-principio-da-territorialidade>> Acesso em 16 de set de 2018.

#### 4.1 ATUAÇÕES CONFLITANTES DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE NO ÂMBITO NACIONAL

A falta de dispositivo que regularize o processamento, a competência e a incidência dos efeitos da recuperação judicial aplicada às multinacionais, tem gerado diversas incompatibilidades de aplicação do instituto.

Exemplo de tal divergência pode ser vislumbrado na atuação do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, no processo judicial n. 0377620-56.2013.8.19.0001, em que impugnou o pedido de recuperação judicial das sociedades OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S/A, OGX PETRLEO E GÁS S/A, OGX INTERNATIONAL GMBH, OGX ÁUSTRIA GMBH, sob o argumento de que “tanto as devedoras como os credores detentores dos títulos de dívida emitidos na Áustria, por terem domicílio no exterior, deveriam agir de forma que as reestruturações dessas sociedades empresárias ocorressem em seu país origem (Áustria).”<sup>63</sup>

Frise-se que a participação do MP não é obrigatória no processamento da recuperação judicial, uma vez que

(...) o artigo 4º do Projeto, que dispõe, no entanto, que o juiz, ato contínuo ao recebimento do pedido de recuperação, deverá determinar a intimação do membro do Ministério Público, que poderá intervir quando constatado indício de crime, infração à Lei ou ameaça de lesão ao interesse público. A Constituição Federal expressa atribuição ao Ministério Público apenas onde houver nítido e incontestável interesse público.<sup>64</sup>

Assim, o MP/RJ ao opinar, através da 2º Promotoria de Justiça de Massas Falidas, fundamentou a sua argumentação baseado no princípio da territorialidade, tendo em vista que o processamento da recuperação judicial deverá ocorrer no país de sua sede, sendo este o local do foro onde exerce o maior número de negócios.

Todavia, tal objeção não fora acolhida pela 4º Vara Empresarial do TJ/RJ, na qual o Juiz Gilberto Clovis Farias de Matos ofertou o seguinte julgado:

O Ministério Público, através do valioso parecer, opinou pelo reconhecimento de ilegalidade com relação a alguns aspectos do plano de recuperação judicial, por entender ser a melhor medida para o atingimento do interesse público. Não obstante o posicionamento declinado, perfilha-se o entendimento de que esses aspectos

---

<sup>63</sup> MORAES, Leonardo T. As Fronteiras Transnacionais da Recuperação e Falência. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI191343,91041-As+fronteiras+transnacionais+da+recuperacao+e+falencia>>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

<sup>64</sup> WALD, Arnald. Doutrinas Essenciais - Direito Empresarial. vol. VI, p. 277-278, 2011.

restaram superados pela essência do questionamento declinado por uma parcela minoritária de credores *bondholders* que deixaram de participar da primeira tranche, pelo próprio resultado da votação exuberante por número de credores e por valor de créditos alcançada na assembleia de credores e também pela sua deliberação com relação ao *Put option*. (...) Nesse diapasão, a quem interessa a desaprovação do plano de recuperação das empresas em comento, o que implicaria na necessidade de decretação de suas falências? Reputa-se que a ninguém, posto que a motivação das objeções que foram repugnadas pela assembleia de credores, demonstrou o sucesso do processo de recuperação das empresas (...).

*In casu*, vislumbra-se a aplicação isolada do Princípio da Territorialidade pelo Ministério Público em seu parecer, dado que a instituição não objetivou oportunizar meios mais acessíveis, menos burocráticos e mais eficazes aos organismos empresários sociais em questão, se restringindo apenas ao requisito de competência e local da sede dos Requerentes para embasar o seu pedido de indeferimento.

A desuniformidade da atuação da Recuperação Judicial às multinacionais, tanto para a sua concessão, quanto para a sua aplicabilidade e efetividade, tem prolongando ainda mais o processamento das demandas recuperacionais, o que provoca o desgaste da sociedade empresária, prejudicando o exercício de sua atividade, e, conseqüentemente, a função que exerce na sociedade.

Ainda do exame da decisão proferida pelo juízo da 4ª Vara Empresarial do TJ/RJ, o Douto Julgador conferiu a seguinte concepção:

É o que assevera Fábio Ulhoa Coelho, nos seguintes termos: 'Exatamente em função da importância reservada pela lei às medidas de saneamento da crise em empresas de porte significativo, aqueles agentes econômicos que colaboram para o sucesso da tentativa acabam recebendo, em contrapartida à sua colaboração, justo tratamento benéfico. Entre os agentes econômicos que colaboram para que a tentativa de saneamento da empresa em crise possa ser bem sucedida, avulta, sem dúvida, aquele que concorda em conceder-lhe crédito, a despeito do risco de recuperação agravado. Se, neste cenário de total carência de crédito ou outras formas de apoio, alguém concorda em ajudar o empresário em dificuldades, ele está agindo de modo diametralmente oposto ao da generalidade dos demais agentes econômicos; e, no mínimo, pondo ao lado momentaneamente seus interesses imediatos, por acreditar que aquele gesto será decisivo para a recuperação da empresa do devedor e posterior satisfação da dívida. Deve-se atentar para a singularidade do gesto do credor colaborativo em razão de sua importância crucial para a tentativa de superação da crise naquela empresa - que interessa, muitas vezes, à própria economia local, regional ou nacional. Pode-se afirmar, sem receio algum de exagerar no dimensionamento dessa importância, que o credor colaborativo costuma ser a derradeira chance de se contornar a falência. O credor colaborativo assume um risco anormal, sensivelmente mais agravado do que o assumido pela generalidade dos concedentes de crédito que operam no mesmo segmento de mercado. Estando o tomador do crédito em sabido estado de crise, a probabilidade de inadimplência é muito elevada. Claro que o credor colaborativo aposta fortemente, ao contrário dos demais agentes, na superação da crise pelo devedor ou em alguma forma de recuperação de seu crédito. O credor colaborativo continua a ser um empresário em busca de lucro: se assume risco maior, é porque elabora cálculos mais ousados, não porque abdicou de sua essência capitalista. Mas, independentemente dos motivos que o animam, o credor

colaborativo, ao assumir risco agravado, acaba adotando conduta que atende à gama dos interesses metaindividuais que gravitam em torno da continuidade da atividade econômica.’ (FÁBIO ULHOA COELHO, ‘O credor colaborativo na recuperação judicial’ in PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e FRANCISCO SATIRO, Direito das empresas em Crise: problemas e soluções, Quartier Latin, São Paulo, 2012, pp. 113/115, grifou-se trechos) (...) De fato, nem poderia ser diferente na medida em que se está convivendo com milhares de empregos de uma empresa mundialmente conhecida e que representa um patrimônio nacional. A Lei nº 11.101/2005 retrata uma norma principiológica que objetiva a preservação da empresa, manutenção da unidade produtiva e, conseqüentemente, o emprego, a continuidade no recolhimento dos tributos, entre outros. Enfim, é uma legislação rica, que vai de encontro aos fins sociais que as empresas se destinam. Assim, nos termos do artigo 58 da Lei 11.101/2005, considera-se cumpridas as exigências legais e concede-se a recuperação judicial das empresas requerentes, cujo plano foi aprovado na assembleia de credores realizada no dia 03/06/2014. Intimem-se.<sup>65</sup>

Da análise do *decisium*, contata-se a relevância dada pelo MM Julgador ao interesse dos credores, bem como, a aplicação do Princípio da Preservação da atividade empresarial, e da Função Social que tal entidade exerce para com a coletividade, os quais motivaram o deferimento do processamento da recuperação judicial.

Destaque-se, também, o Princípio da Participação Ativa dos Credores, da Preservação da Empresa, da Desburocratização da Recuperação de Empresas e o da Celeridade e Eficiência contidos no presente julgado colacionado.

Todavia, a presente atuação do MP/RJ exemplifica um posicionamento antagônico ao objetivado pelo princípio da territorialidade, qual seja, a aplicação de um sistema de combate a insolvência de transnacionais de maneira mais eficiente e de maior cooperação internacional. Nesse sentido:

Nestes termos, o pedido formalizado pelo MP nos leva à reflexão de que: ou estamos percorrendo o caminho oposto aos esforços de construção de um Direito de Insolvência transnacional, ou, o que é mais provável, caminhamos rumo às tendências legislativas internacionais, podendo o referido requerimento, elaborado pelo MP/RJ, resultar no diálogo e na cooperação a serem tratados com os respectivos juízes e tribunais internacionais pelo Poder Judiciário Brasileiro.<sup>66</sup>

Ainda no mesmo entendimento, examinemos o julgado do Desembargador Gilberto Campista Guarino, do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro:

<sup>65</sup> Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro. Decisão proferida pela 4ª Vara Empresarial do TJ/RJ no processo judicial n. 0377620-56.2013.8.19.0001. Disponível em

<<http://www4.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/popdespacho.jsp?tipoato=Descr%E7%E3o&numMov=84&de scMov=Decis%E3o>>. Acesso em: 06 de out. de 2018.

<sup>66</sup> MORAES, Leonardo T. As Fronteiras Transnacionais da Recuperação e Falência. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI191343,91041-As+fronteiras+transnacionais+da+recuperacao+e+falencia>>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

Sob tais aspectos, não se está erigindo o Estado Juiz à condição de legislador positivo. **A ausência de previsão normativa quanto à aplicação do instituto da recuperação judicial além dos limites territoriais (o que é uma pesada falha legislativa), se não o autoriza, por outro lado, não o veda.** Lacunas legislativas são decididas de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, conforme prevê o art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, de aplicação cautelosa e excepcional, em situações que demandem cautela e sejam, por igual, excepcionais”. (AI nº 0064658-77.2013.8.19.0000, Décima Quarta Câmara Cível, Desembargador Gilberto Campista Guarino, DJE 03/12/2013, TJRJ)<sup>67</sup> (*grifou-se*)

Ainda, insta frisar que o Princípio da Territorialidade atua de maneira bastante significativa na resolução de tais conflitos, porém, não se tem sido suficiente por dois principais motivos: 1) não é um instrumento, por si só, hábil a justificar o indeferimento ou deferimento do processamento da recuperação judicial, conforme já demonstrado; 2) se o processamento do instituto for deferido pelo judiciário brasileiro, correrá o risco de não ser reconhecido nos países estrangeiros em que a sociedade empresária atue, restando frustrada a recuperação judicial.

Percebe-se, pois, a urgente necessidade de reforma da atual legislação pertinente ao tema, a fim de dirimir e uniformizar tal procedimento, evitando-se decisões conflitantes. Tal regulamentação poderá ser realizada através da aplicação de normas específicas de Direito Internacional Privado que atue como um instrumento garantidor do próprio Princípio da Territorialidade, a fim de que se reconheça o processamento plano de recuperação judicial no estrangeiro.

Tal complementação do Princípio da Territorialidade poderá ocorrer por meio de tratados e convenções internacionais específicos ao tema, visando a manutenção da atividade da sociedade empresária, para que possa ser preservada e mantenha sua importante atuação no meio social.

---

<sup>67</sup> Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento nº. 0064658-77.2013.8.19.0000, proferido pela Décima Quarta Câmara Cível, Desembargador Gilberto Campista Guarino. Disponível em <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/441774374/agravo-de-instrumento-ai-21069983620158260000-sp-2106998-3620158260000/inteiro-teor-441774395>>. Acesso em: 08 de out. de 2018.

## 5 A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS MULTINACIONAIS

Consoante já debatido, a recuperação judicial atua como um instituto moderno, cujo objetivo é resguardar a sociedade empresária viável dos riscos inerentes à atividade que exerce. Para tanto, são utilizados alguns princípios modernos norteadores implementados pela LRE.

A necessidade de se objetivar a Preservação da Empresa, decorre do seu caráter instrutivo e influente perante a sociedade, vez que se trata de um organismo que proporciona empregos, faz girar a economia, arrecada tributos e aumenta a concorrência no mercado de consumo, sendo de interesse de toda a coletividade a proteção de tais entidades dos perigos que as assolam.

Todavia, depara-se com a problemática da incidência e efetividade da recuperação judicial processada às multinacionais, uma vez que a legislação pertinente ao tema carece de tais esclarecimentos, provando prolongados debates nas instâncias judiciais quanto ao deferimento do processamento da recuperação judicial, bem como, a sua eficácia frente aos demais países as quais atuam.

Entretanto, os avanços da nova legislação para abrandar as dificuldades das empresas no âmbito interno não ocorreram em relação ao Direito Internacional Privado. O ordenamento jurídico brasileiro perdeu a oportunidade de adaptar sua legislação de insolvência empresarial à realidade da economia globalizada. Assim, no novo diploma não existe qualquer menção aos efeitos dos procedimentos concursais estrangeiros no Brasil, nem a eventuais efeitos do procedimento nacional no exterior. Em momento algum, levou-se em conta que as empresas podem ter patrimônio internacionalmente disperso, caracterizando a insolvência internacional. Limitou-se o legislador a repetir, no artigo 3º, uma simples regra de competência inspirada no artigo 7º do Decreto-lei n. 7.661/1945.<sup>68</sup>

Em outras palavras, em se tratando de empresas insolventes que possuem firma no exterior, ao serem beneficiadas com a concessão do processamento da recuperação judicial no Brasil, por vezes, não conseguem efetivar repercussões decorrentes da aplicação do instituto, ante o não reconhecimento da recuperação pelos demais países.

A sentença que decreta a falência de uma empresa traz consigo uma série de efeitos para a pessoa jurídica que está sendo decretada falida, este ato possui repercussão jurídica sobre os bens do complexo empresarial em questão, tratar-se de um ponto

---

<sup>68</sup> DEL'OLMO, Florisbal de Souza; JAEGER JÚNIOR, Augusto. Curso de Direito Internacional Privado. Forense: Rio de Janeiro, 12ª edição, 2016, p. 255.

final nas operações que esta realize evitando assim que a mesma continue operando e acabe por gerar a cada dia mais prejuízos para os seus parceiros comerciais.<sup>69</sup>

Viu-se que no Brasil, através da atuação do STJ, é permitido a homologação das decisões de deferimento de recuperação de empresas advindas do estrangeiro que aqui atuem, sendo adotado o princípio da territorialidade como norteador da competência para o processamento dos institutos da LRE. Fazzio Júnior (2010) assim corrobora:

Se o agente econômico brasileiro domiciliado no Brasil tem estabelecimento no estrangeiro, em regra a sentença não é exequível aqui, mas, se a decretação da falência emanar de juízo estrangeiro onde ele efetivamente está domiciliado, aqui poderá ser homologada e executada.<sup>70</sup>

Ante a lacuna presente na Lei 11.101/2005 com relação aos seus efeitos transnacionais, o princípio da territorialidade vem causando diversas discussões no âmbito judicial, consoante já exposto, fazendo com que o Poder Judiciário decida através da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito, a fim de atingir o maior interesse dos credores e, sobretudo, da sociedade.

Com relação ao princípio da territorialidade, Tomazette (2012) ensina que:

Afasta a competência de juízos internacionais, inclusive para os eventuais empresários estrangeiros que atuem aqui. Todos os atos aqui praticados não sofrerão os efeitos de decisões estrangeiras. A sentença estrangeira só produzirá efeitos aqui se for homologada pelo STJ e este já definiu que é incabível a homologação da sentença estrangeira que obsta a instauração ou o prosseguimento de qualquer ação executiva contra o falido, restringindo a jurisdição brasileira, sob pena de ofensa à soberania nacional<sup>71</sup>

Ainda, sob a perspectiva do Código de Processo Civil sobre os preceitos de competência internacional, Restiffe (2008) entende que não são suficientes para satisfazer as especificidades da recuperação judicial, veja-se:

A ação de recuperação judicial de empresas, no campo do direito processual civil internacional, é matéria de competência internacional relativa (cumulativa ou concorrente), consoante disposta no art. 88 do Código de Processo Civil. No entanto, nem todas as hipóteses de competência internacional relativa (cumulativa ou concorrente) estabelecidas no referido artigo são aplicáveis, mas tão-somente aquelas nas quais a obrigação tiver de ser cumprida no Brasil (art. 88, II, do CPC) ou tiver

<sup>69</sup> CLARENTINO, Nórton Nil Lima. Os efeitos transnacionais da falência e da recuperação de empresas. Disponível em <<https://www.webartigos.com/artigos/os-efeitos-transnacionais-da-falencia-e-da-recuperacao-de-empresas/138641>>. Acesso em: 12 de out. de 20148.

<sup>70</sup> FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas. São Paulo: Atlas, 2005, p. 54.

<sup>71</sup> TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Vol. 3 - Falência e Recuperação de Empresas, 5ª edição. Atlas, 02/2017, p. 36.



como causa de pedir fato ocorrido no Brasil ou ato praticado no Brasil (art. 88, III, CPC)<sup>72</sup>

A Cooperação Jurídica Internacional surge, pois, como um sublime recurso para a obtenção da uniformidade e harmonização da aplicação da recuperação judicial às multinacionais, visto que objetiva a “necessidade de desenvolvimento transnacional do processo, balizados pelos não menos importantes direitos e garantias individuais e por outras necessidades, como a preservação da soberania nacional.”<sup>73</sup>

Assim, a fim de viabilizar a efetivação dos efeitos dos institutos constantes na LRE, é necessário que haja a cooperação jurídica entre os Estados no sentido de aplicar e reconhecer o plano de recuperação aprovado no estrangeiro aos bens situados sob sua jurisdição.

Atualmente, o meio mais utilizado de viabilização da cooperação jurídica internacional de uma autoridade estrangeira é a carta rogatória<sup>74</sup>, instrumento que conterà o pedido de auxílio feito pela autoridade judiciária de uma nação a outra nação estrangeira com trânsito habitual por via diplomática<sup>75</sup>.

A transmissão e o cumprimento da carta rogatória são simplificados pelas convenções e pelos tratados internacionais, cuja finalidade é a cooperação jurídica internacional. Eventualmente, permite-se até um contato direto entre as autoridades judiciárias de vários Estados. (...) Se um Estado não está comprometido por tratado internacional ou pelo princípio da reciprocidade, é livre para recusar-se a prestar cooperação jurídica internacional, a não ser que a legislação autônoma interna o obrigue a agir em sentido contrário.<sup>76</sup>

Conforme aludido, no Brasil, o exame de tal diligência estrangeira será realizado pelo Superior Tribunal de Justiça, que será competente a autorizar ou negar a solicitação de autoridade judiciária forasteira.

A cooperação jurídica entre as nações no âmbito do direito civil e empresarial, se traduz em tratados multilaterais firmados pelo Brasil com países signatários. Para tanto, inicialmente, é necessário que se edifique os princípios seguidos pela nação na prestação de cooperação jurídica internacional, visto que “os Estados prestam a cooperação jurídica internacional

<sup>72</sup> RESTIFFE, Paulo Sérgio. Recuperação de Empresas. São Paulo. 2008, p. 91

<sup>73</sup> MADRUGA, Antenor. Como entender a Cooperação Jurídica Internacional. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2011-ago-24/cooperacao-internacional-entender-cooperacao-juridica-internacional>>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

<sup>74</sup> VALLADÃO, Haroldo. Direito internacional privado, Editora Freitas Bastos, 1994, p. 172.

<sup>75</sup> VALLADÃO, Haroldo. Direito internacional privado, Editora Freitas Bastos, 1994, p. 172

<sup>76</sup> RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado Teoria e Prática, 19º edição, Saraiva, p. 326.

voluntariamente, fundada na legislação de origem interna ou em virtude de obrigações assumidas em tratados internacionais.”<sup>77</sup>

Para que a recuperação judicial de empresas multinacionais conquiste maior celeridade, efetividade, desburocratização e preserve a sociedade empresária, necessário se faz a formação de acordos internacionais que garantam o Princípio da Territorialidade. É dizer, forçosa é a criação de institutos que possibilitem a aplicação da recuperação judicial deferida no Brasil também nas demais nações em que a sociedade empresária exerça atividade.

### 5.1 A INSTITUIÇÃO DE TRATADOS INTERNACIONAIS COMO INSTRUMENTO GARANTIDOR DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE MULTINACIONAIS

A fim de que a recuperação judicial deferida às multinacionais pelo ordenamento jurídico brasileiro possa ser respeitada pelos países estrangeiros em que também atuam, garantindo o Princípio da Territorialidade, imprescindível é a constituição de tratados internacionais que preencham a lacuna legislativa quanto aos efeitos transnacionais do instituto recuperacional para solucionar a omissão.

No âmbito do Direito Internacional Privado, a lei materialmente aplicável às pessoas jurídicas de direito público será, em regra, a lei indicada pelo estatuto pessoal. Este, por sua vez, disporá sobre questões como “a natureza jurídica da sociedade, a constituição, a dissolução e a liquidação, a capacidade de gozo ou de direito e a de exercício ou de fato, o nome comercial, a forma de administração, gestão e o funcionamento, a representação perante terceiros, entre outras pertinentes à sociedade”<sup>78</sup>. O Estatuto possuirá grande importância para a concepção dos tratados, como será adiante explicado.

Os tratados internacionais podem ser definidos como sendo “uma das fontes do Direito Internacional positivo e podem ser conceituados como todo acordo formal, firmado entre pessoas jurídicas de Direito Internacional Público, tendo por finalidade a produção de efeitos jurídicos.”<sup>79</sup>

Por sua vez, serão celebrados pelo Chefe do Poder Executivo, o Presidente da República, o qual será incumbido a prerrogativa de manter relações com Estados Estrangeiros (CF, art. 84,

---

<sup>77</sup> RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito Internacional Privado Teoria e Prática*, 19ª edição, Saraiva, p. 326.

<sup>78</sup> POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. *A pessoa jurídica estrangeira no Direito Internacional Privado: entre a origem, o reconhecimento e a mobilidade*. p. 248-286.

<sup>79</sup> POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. *A pessoa jurídica estrangeira no Direito Internacional Privado: entre a origem, o reconhecimento e a mobilidade*. p. 248-286.

VII) e celebrar tratados, convenções e atos internacionais, *ad referendum* do Congresso Nacional (CF, art. 84, VIII).

Ainda, tais compromissos entre as nações podem ser divididos com relação ao seu critério material, nos quais serão balizados pelos tratados-contratos, os tratados-normativos e, não obstante dentro destes, os tratados-especiais. Ainda, poderão ser organizados quanto ao número de partes adotantes, os quais decompõem-se em Tratados Bilaterais (entre apenas duas nações) ou Multilaterais (diversos partícipes).<sup>80</sup>

A Convenção de Viena, que fora adotada em 1969, mas que só obteve vigência apenas em 1980, ao atingir o número mínimo de 35 ratificações exigidas, dispôs sobre o Direito dos Tratados, normatizou normas costumeiramente aceitas que regulassem os procedimentos de elaboração, ratificação, denúncia e extinção de tratados.<sup>81</sup>

Quanto ao procedimento hábil a incorporar os tratados internacionais, eles serão determinados de acordo com a matéria do tratado a ser realizado,

(...) temos os **tratados contratuais** como aqueles com objetivos desiguais, **como num tratado comercial, são, portanto, interesse que se complementam**. Já os tratados normativos ou tratados-lei decorrem do estabelecimento das regras por parte dos pactuantes, logo, os direitos e deveres são gerados sob a ótica de lei, ou seja, norma geral e abstrata. Por outro lado, os tratados especiais ou de categoria são aqueles que criam organismos não dotados de personalidade jurídica e daqueles que criam empresas. Os tratados institucionais ou tratados constitucionais remetem-se a instituição, criação, constituição das organizações internacionais e regem a vida de tais organizações.<sup>82</sup> (*grifou-se*)

Destarte, os tratados-contratuais serão os aplicáveis ao direito empresarial, e serão iniciados através de negociações entre os países, por meio de seus representantes executivos, estabelecendo-se, inicialmente, o dialeto a ser utilizado, bem como, o território de seu desenvolvimento, costumando ocorrer em uma área próxima as chancelarias de uma Nação e da embaixada do outro Estado.

No caso de tratados multilaterais, eles ocorrem em conferências internacionais ou eventos similares, onde é discutido o objeto do acordo internacional. A fase se

<sup>80</sup> MATTOS, João Gabriel Garcia da Silva. Tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro. Disponível em <<https://jgmattos.jusbrasil.com.br/artigos/189779057/tratados-internacionais-no-ordenamento-juridico-brasileiro>>. Acesso em: 20 de out. de 20184

<sup>81</sup> CERQUEIRA, Ceres Aires. Tratados internacionais: processo de formação e a relação com o direito interno, mais especificamente no caso brasileiro. Disponível em <<https://ceresac.jusbrasil.com.br/artigos/380610338/tratados-internacionais-processo-de-formacao-e-a-relacao-com-o-direito-interno-mais-especificamente-no-caso-brasileiro>>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

<sup>82</sup> MATTOS, João Gabriel Garcia da Silva. Tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro. Disponível em <<https://jgmattos.jusbrasil.com.br/artigos/189779057/tratados-internacionais-no-ordenamento-juridico-brasileiro>>. Acesso em: 20 de out. de 20184.

encerra com a produção do texto final do tratado, que deverá ser aprovado, conforme o art. 9º da Convenção de Viena, por no mínimo 2/3 dos presentes, nos casos das conferências internacionais e pela unanimidade em determinadas matérias.<sup>83</sup>

Após, dever-se-á proceder a aprovação pelo Congresso Nacional (CF, art. 49, I),

(...) essa fase se inicia com uma mensagem do Presidente da República. O Congresso Nacional delibera por maioria dos presentes, sendo que Câmara e Senado votam separadamente. O Congresso não pode emendar ou alterar o texto do tratado, cabendo-lhe apenas o papel de aprová-lo ou não. A aprovação do Congresso é divulgada com a publicação de um Decreto Legislativo promulgado pelo seu Presidente.<sup>84</sup>

No mesmo sentido preleciona Cerqueira:

“A segunda fase, tem seu início com providência interna no Estado participante. Trata-se da apreciação parlamentar. No caso brasileiro, nos termos do Art. 84, VIII, da Constituição Federal de 1988, é de competência do Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, **sujeitos a referendo do Congresso Nacional**. O Art. 49, inciso I, da CF/88, tratando da competência do Congresso Nacional, quando exercida sem a sanção do Presidente da República, indica que tais tratados, convenções e atos se submetem à previa aprovação do poder Legislativo. (Araújo, Luiz Alberto David e Araujo, Vidal Serrano Nunes Junior, Curso de Direito Constitucional, 13ª edição. Ed. Saraiva, 2009, p.103). A Constituição exigiu para a celebração de um tratado internacional o concurso de vontades dos Poderes Executivo e Legislativo, e por isso, todo tratado internacional deve previamente ser aprovado pelo Congresso Nacional, por um Decreto Legislativo.”<sup>85</sup>

Ainda nestes termos,

Os tratados internacionais apenas serão aplicados entre os Estados que consentiram expressamente com a sua adoção no livre e pleno exercício de sua soberania, ou seja, os tratados não criam obrigações aos Estados que com eles não consentiram, mas apenas para os Estados partes; os tratados são, portanto, expressão do consenso.<sup>86</sup>

A próxima etapa poderá tomar dois rumos distintos. A primeira hipótese, será a ratificação pelo Chefe do Executivo, porém, esta apenas ocorrerá quando

<sup>83</sup> CERQUEIRA, Ceres Aires. Tratados internacionais: processo de formação e a relação com o direito interno, mais especificamente no caso brasileiro. Disponível em <<https://ceresac.jusbrasil.com.br/artigos/380610338/tratados-internacionais-processo-de-formacao-e-a-relacao-com-o-direito-interno-mais-especificamente-no-caso-brasileiro>>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

<sup>84</sup> DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. Direito Internacional Privado, 13º edição, p. 59.

<sup>85</sup> CERQUEIRA, Ceres Aires. Tratados internacionais: processo de formação e a relação com o direito interno, mais especificamente no caso brasileiro. Disponível em <<https://ceresac.jusbrasil.com.br/artigos/380610338/tratados-internacionais-processo-de-formacao-e-a-relacao-com-o-direito-interno-mais-especificamente-no-caso-brasileiro>>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

<sup>86</sup> SOARES, Carina de Oliveira. Os tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro: análise das relações entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno Estatal. Disponível em <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9431&revista\\_caderno=16](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9431&revista_caderno=16)>. Acesso em: 18 de out. de 2018.

(...) o Brasil assina o texto original do tratado. Se este for bilateral, ratifica-se pela via da troca de notas; se multilateral, pelo depósito do instrumento de ratificação perante a organização internacional que tenha patrocinado a elaboração do acordo. Nos pactos bilaterais, não cabem reservas, pois estas consubstanciariam um novo tratado; nos multilaterais, salvo regra expressa em seu próprio texto, o Presidente da República pode apor reservas, para as quais se requer apenas a ciência (não a anuência) das outras partes.<sup>87</sup>

Podendo haver também a adesão, que ocorrerá quando o Brasil, mesmo ser ter firmado um tratado à época de sua elaboração, posteriormente resolve fazer parte dele. Em ambas as conjecturas, as repercussões serão as mesmas. Posteriormente, ocorrerá o processo de promulgação e publicação do tratado, os quais serão atos

(...) que visam à publicidade no plano interno. O Chefe do Executivo promulga e faz publicar um decreto em que se divulga o texto integral do pacto, sendo esta uma praxe existente desde o tempo do Império, em que pese a inexistência de disposição legal neste sentido específica para os tratados. Antes da promulgação, um tratado internacional não produz efeitos no plano interno.<sup>88</sup>

Assim sendo, o Tratado de Direito Empresarial poderá ser realizado através de um tratado contratual, após a criação de uma norma reguladora hábil a uniformizar o foro competente a processar e julgar o requerimento de recuperação judicial às multinacionais, devendo tal processamento ser reconhecido e obedecido aos demais países signatários do tratado quanto aos bens da empresa em recuperação situados sob suas jurisdições.

Tal padronização internacional poderá ser estabelecida pelas empresas através do estatuto pessoal. Exemplo de aplicação dessa normatização é o Tratado para Estabelecimento de Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, estabelecido em julho de 1990, o qual regula as empresas de caráter binacional entre as mencionadas nações, com o fito de

(...) reforçar o processo bilateral de integração e cooperação econômica, o tratado em tela define ‘empresa binacional brasileiro-argentina’ como aquela que cumpra simultaneamente as seguintes três condições (art. 1º, 2): a) que ao menos 80% do capital social e dos votos pertençam a investidores nacionais da República Federativa do Brasil e da República Argentina, assegurando-lhes o controle real e efetivo da Empresa Binacional; b) que a participação do conjunto dos investidores nacionais de cada um dos dois países seja de, no mínimo, 30% do capital social da empresa; e c) que o conjunto dos investidores nacionais de cada um dos dois países tenha direito de eleger, no mínimo, um membro em cada um dos órgãos de administração e um membro do órgão de fiscalização interna da empresa. (...) Verifica-se, portanto, que as Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas consistem em empresas reguladas pelo direito interno argentino ou brasileiro, ainda que acrescido de vantagens

<sup>87</sup> DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. Direito Internacional Privado, 13ª edição, p. 59.

<sup>88</sup> DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. Direito Internacional Privado, 13ª edição, p. 59.

concedidas pelo *Estatuto*. Esse tratamento mais favorável não implica na formação de um novo tipo societário.<sup>89</sup>

Quanto à sua natureza jurídica, “as empresas binacionais não podem ser consideradas pessoas jurídicas de direito internacional ou um tipo societário novo, na medida em que tais empresas sempre serão constituídas segundo o direito interno de um dos dois países”.<sup>90</sup>

Dessa forma, a lacuna legislativa quanto aos efeitos transnacionais da recuperação judicial às multinacionais, pode ser preenchida pela a cooperação jurídica internacional, se vislumbrando através de tratados que possibilitem a efetivação de estatutos pessoais das empresas que poderão instituir o foro competente ao processamento dos institutos presentes na Lei 11.101/2005, devendo, pois, tal processamento ser devidamente assegurado por todos os países signatários, tendo em vista a consagração dos princípios da Preservação da Empresa, da Desburocratização da Recuperação Judicial, e sobretudo, da Função Social da Sociedade Empresária.

---

<sup>89</sup> DEL’OLMO, Florisbal de Souza; JAEGER JÚNIOR, Augusto. Curso de Direito Internacional Privado. Forense: Rio de Janeiro, 12ª edição, 2016, p. 252.

<sup>90</sup> BATTELLO CALDERON, Silvio Javier. **Falência Internacional no Mercosul**. Proposta para uma Solução Regional. p. 59.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou, à luz dos princípios da Preservação da Empresa e da Função Social da Empresa, explorar os efeitos transnacionais da recuperação judicial no atual diploma legislativo, que se vislumbra através da Lei 11.101/2005, a qual adota, em seu artigo 3º, o princípio da territorialidade como norteador da aplicabilidade dos institutos contidos na mencionada lei.

Para tanto, iniciou-se a pesquisa explorando a evolução do direito falimentar, o qual tem avançado em seu caráter, inicialmente, punitivo do devedor, para a busca da satisfação dos credores, em virtude da significativa atribuição que as sociedades empresárias exercem perante a coletividade, visto que se tratam de instituição que geram empregos, arrecadam tributos pelo fisco, intensifica o aumento da concorrência no mercado, contempla e incrementa a cadeia produtiva, através de seus fornecedores, entre outros benefícios nitidamente reconhecidos na atualidade.

Por conseguinte, objetivando uma maior compreensão aos operadores do direito dos assuntos abordados posteriormente, fora analisada a recuperação judicial como sendo um instrumento inovador da atual legislação, precedido pelo prolator instrumento da concordata. Além disso, procedeu-se ao estudo das particularidades do presente instituto, com a exploração minuciosa do seu requerimento, processamento, julgamento e efeitos.

Viu-se ainda que, com o advento da globalização e a expansão territorial dos estabelecimentos comerciais, diversas sociedades empresárias passaram a ocupar mais de um Estado, passando, conseqüente, a estarem submetidas a mais de um ordenamento jurídico. Nessa enseada, tais entidades, ao serem acometidas pelos riscos inerentes à atividade as quais exercem, passam a vislumbrar em seu seio lucrativo uma situação de crise econômico-financeira.

Ao serem assoladas por tal conjuntura, urge a necessidade de se utilizarem dos inovadores e concretos institutos combatentes do cenário de insolvência da sociedade empresária, especialmente para esse estudo, a recuperação judicial. Não obstante, por vezes, a aplicabilidade deste regime, ao ser deferido pelo poder judiciário brasileiro, resta frustrado pelo não reconhecimento da demanda recuperacional aqui processada pelos demais países estrangeiros em que a empresa exerça a sua atividade.

Nesta enseada, fora constatada a insuficiência do princípio da territorialidade às multinacionais, que preleciona a limitação dos efeitos da recuperação judicial e da sentença declaratória da falência ao próprio país declarante, uma vez que tal competência não é

respeitada pelos Estados estrangeiros que contenham bens do devedor empresário sob sua jurisdição, prejudicando o plano de recuperação dos organismos empresários em recuperação.

Além disso, o princípio, ao ser utilizado isoladamente, também se mostra ineficaz perante o judiciário, visto que não é capaz de dirimir os conflitos relacionados à competência para o processamento, não oportunizando a celeridade processual, a desburocratização do processo, o interesse dos credores, bem como, a função social da sociedade empresária, consoante demonstrado das decisões judiciais acostadas.

Neste cenário, fora apresentado o Princípio da Cooperação Jurídica Internacional como um instrumento viabilizador e garantidor do Princípio da Territorialidade, por se tratar de um instrumento com recursos hábeis a uniformizar e padronizar o processamento da recuperação judicial às multinacionais, através de tratados entre os países signatários.

Analizou-se, para tanto, a possibilidade da instituição de tratados que oportunizem, através do estatuto social das empresas, uma decisão prévia do foro competente ao processamento dos institutos de insolvência, bem como, a observação do disposto pelo plano de recuperação judicial pelos Estados envolvidos, solucionando o conflito de competência e de efetivação da recuperação judicial, garantindo a preservação da atividade empresária.

Ante todo o exposto, conclui-se que a empresa deve ser reconhecida como um organismo social dotado de interesse à toda uma coletividade, devendo, pois, ser enxergada como uma entidade a ser protegida dos riscos decorrentes de sua atividade. Assim, as empresas transnacionais precisam ser enxergadas sob o ponto de vista de uma unidade econômica que importa ser mantida.

Em virtude disso, é necessário que haja uma adequação do atual diploma jurídico para suprir a premência dessas instituições, devendo haver maior atuação pelo Estado a efetivar meios de estabelecer uma cooperação jurídica internacional, desburocratizando o processamento da recuperação judicial e viabilizando a oportunidade de normalização do exercício da atividade dessas empresas multinacionais insolventes com maior celeridade e uniformização.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de Falência e Recuperação de Empresa**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ARNOLDI, Paulo Roberto Colombo; MADUREIRA, Mirella. **Efeitos da crise econômico-financeira de 2008, no mercado internacional e a preservação das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras**, [s.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3761466.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

ARAÚJO, Aloisio; FUNCHAL, Bruno. **A nova lei de falências brasileira: primeiros impactos**. Revista de Economia Política, v. 29, n. 3, p. 191-212, jul./set. 2009.

ARAUJO, Vitor Carvalho Curvina Costa de. **Da recuperação judicial: Aspectos positivos e negativos da Lei nº 11.101/05**. ConteudoJuridico, Brasília-DF: 22 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.55713&seo=1>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

BATTELLO CALDERON, Silvio Javier. **Falência Internacional no Mercosul. Proposta para uma Solução Regional**. Curitiba: Juruá, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 31 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9fev. 2005. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm)>. Acesso em: 20jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **I Jornada de Direito Comercial**. Reúne Enunciados Aprovados e Conferências Proferidas no Evento. Disponível em < <http://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-de-direito-comercial>>. Acesso em: 15 de set de 2018.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº. 19.263 da 4ª Turma Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, DF, 19 de abril de 1994. **Lex**: jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais, São Paulo, v. 10, n. 103, p. 236-240, ago. 1998.. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num\\_registro=199200045499&dt\\_publicacao=22-08-1994&cod\\_tipo\\_documento=1&formato=undefined](https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199200045499&dt_publicacao=22-08-1994&cod_tipo_documento=1&formato=undefined)> Acesso em 02 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro. Decisão proferida pela 4ª Vara Empresarial do TJ/RJ no processo judicial n. 0377620-56.2013.8.19.0001. **Lex**: jurisprudência do TJRJ. Disponível em <<http://www4.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/popdespacho.jsp?tipoato=Descr%E7%E3o&numMov=84&descMov=Decis%E3o>>. Acesso em: 06 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento nº. 0064658-77.2013.8.19.0000, proferido pela Décima Quarta Câmara Cível, Desembargador Gilberto Campista Guarino. **Lex:** jurisprudência do TJSP. Disponível em <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/441774374/agravo-de-instrumento-ai-21069983620158260000-sp-2106998-3620158260000/inteiro-teor-441774395>>. Acesso em: 08 de out. de 2018.

CALDERON, Silvio Javier Battello. **Falência internacional no MERCOSUL**. Curitiba: Juruá, 2011.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e Recuperação de Empresa**. 2 ed. Rio de Janeiro: renovar, 2006.

CAMPANA FILHO, Paulo Fernando. **A recuperação Judicial de Grupos Societários Multinacionais:** Contribuições para o Desenvolvimento de um Sistema Jurídico Brasileiro a Partir do Direito Comparado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

CERQUEIRA, Ceres Aires. **Tratados internacionais: processo de formação e a relação com o direito interno, mais especificamente n caso brasileiro**. Disponível em <<https://ceresac.jusbrasil.com.br/artigos/380610338/tratados-internacionais-processo-de-formacao-e-a-relacao-com-o-direito-interno-mais-especificamente-no-caso-brasileiro>>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

CÉLIO, Hirakuta. **Empresas Transnacionais e o Comércio Exterior: Uma análise das estratégias das filiais brasileiras no contexto da abertura econômica**. Disponível em <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP\\_021f130bfaa7e6b72b5ac9f14babbb38](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_021f130bfaa7e6b72b5ac9f14babbb38)>. Acesso em: 28 de set. de 2018.

CLARENTINO, Nórton Lima; MONTEIRO, Dermison Cunha. **Os efeitos transnacionais da falência e da recuperação de empresas**. Disponível em <<https://www.webartigos.com/artigos/os-efeitos-transnacionais-da-sentenca-declaratoria-de-falencia-e-recuperacao-judicial-de-acordo-com-a-lei-11-101-2005/139089>> Acesso em: 28 de set. de 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial: direito de empresa**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CRUZ, André Santa. **Direito Empresarial**, 8º edição, São Paulo: Editora Método, 2018.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza; JAEGER JÚNIOR, Augusto. **Curso de Direito Internacional Privado**. Forense: Rio de Janeiro, 12º edição, 2016, p. 247.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. **Direito Internacional Privado**, 13º edição, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017.

DOSSO, Ricardo César. **O Deferimento da Recuperação Judicial**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)> Acesso em: 15 de set de 2018.

FARIA, José Eduardo. **O Direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Atlas, 2005.

JO, Hee Moon. **Moderno Direito internacional privado**. São Paulo: LTr, 2001.

JUPETIPE, Fernanda Karoliny Nascimento et al. **Custos de falência no Brasil comparativamente aos estudos norte-americanos**. Revista Direito Gv, São Paulo, V. 13 N. 1, 20-48, Jan-Abr, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201702> Acesso em: 20 jun. 2018.

LUCCA, Newton De; SIMÃO FILHO, Adalberto. **Comentários à Nova Lei de Recuperação de Empresas e de Falência**. São Paulo: Quartier Latin, 2002.

MAMEDE, Gladston. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2005.

MATTOS, João Gabriel Garcia da Silva. **Tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em <<https://jgmattos.jusbrasil.com.br/artigos/189779057/tratados-internacionais-no-ordenamento-juridico-brasileiro>>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

MAURO, Maria da Penha Nobre. **Participação do Ministério Público no Processo de Recuperação Judicial**. Disponível em <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3543964/participacao-mp-processo.pdf>> Acesso em: 10 de out de 2018.

MORAES, Leonardo T. **As Fronteiras Transnacionais da Recuperação e Falência**. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI191343,91041-As+fronteiras+transnacionais+da+recuperacao+e+falencia>>. Acesso em: 05 de out. de 2018.

Normas Legais. **O pedido e Processamento da Recuperação Judicial**. Disponível em <<http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/pedido-de-processamento-da-recuperacao-judicial.htm>>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

PEREIRA, Alaycia do Vale; RIBEIRO, Amanda Araújo; MARTINS, Thiago César. **O processo de recuperação judicial de empresas multinacionais e a influência do princípio da territorialidade**. Disponível em <<https://thiagocesarlm.jusbrasil.com.br/artigos/408828936/o-processo-de-recuperacao-judicial-de-empresas-multinacionais-e-a-influencia-do-principio-da-territorialidade>> Acesso em 16 de set de 2018.

PERIN JÚNIOR, Écio. **Curso de direito falimentar e recuperação de empresas**. 3. edição. São Paulo: Método, 2006.

PIMENTA, Eduardo Goulart. **Recuperação de empresas**. São Paulo: IOB, 2006.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. **A pessoa jurídica estrangeira no Direito Internacional Privado: entre a origem, o reconhecimento e a mobilidade**. Disponível em <[http://www.academia.edu/16511946/A\\_Pessoa\\_Jur%C3%ADdica\\_estrangeira\\_no\\_Direito\\_](http://www.academia.edu/16511946/A_Pessoa_Jur%C3%ADdica_estrangeira_no_Direito_)>

Int ernational\_Privado\_Entre\_a\_origem\_o\_reconhecimento\_e\_a\_mobilidade> . Acesso em 03 de out. de 2018.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito falimentar e MERCOSUL**. São Paulo: J. De Oliveira, 2000.

SANTOS, Jonábio Barbosa dos; SOUSA, Nathália Guerra de. **Falência e recuperação de empresas: contribuição para a materialização da função social**. Revista Direito e Liberdade, Natal, v. 17, n. 2, p. 87-110, maio/ ago. 2015. Quadrimestral.

SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva. **O direito internacional contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SOARES, Carina de Oliveira. **Os tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro: análise das relações entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno Estatal**. Disponível em <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9431&revista\\_caderno=16](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9431&revista_caderno=16)>. Acesso em: 18 de out. de 2018.

Sua pesquisa. **Empresas Multinacionais**. Disponível em <[https://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/empresas\\_multinacionais.htm](https://www.suapesquisa.com/o_que_e/empresas_multinacionais.htm)>. Acesso em: 28 de set. de 2018.

STRENGER, Irineu. **Direito internacional privado**. 6 ed. São Paulo: LTr, 2005.

TARTUCE, Flávio. **II Jornada de Direito Comercial CJP. Enunciados aprovados**. Disponível em < <https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/noticias/175670102/ii-jornada-de-direito-comercial-cjf-enunciados-aprovados>> Acesso em: 21 de set de 2018.

TEIXEIRA, Tarcisio. **A Recuperação Judicial de Empresas**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67943/70551>>. Acesso em: 17 de set de 2018.

TOIGO, Daille Costa. **O Plano de Recuperação Judicial**. Disponível em <<https://daileitoigo.jusbrasil.com.br/artigos/317150352/o-plano-de-recuperacao-judicial>>. Acesso em: 22 de set. de 2018.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial**, Vol. 3, Falência e Recuperação de Empresas, 5ª edição. Atlas, 02/2017.

WALD, Arnald. Doutrinas Essenciais - **Direito Empresarial**. vol. VI, p. 277-278, 2011.  
VENOSA, Sílvio de Salvo; RODRIGUES, Cláudia. **Direito Empresarial**, 8ª edição.

VALLADÃO, Haroldo. **Direito internacional privado**, V.4, Editora Freitas Bastos, 1994.

VINDONSKY, Giovanna. **Requisitos da Petição Inicial do Pedido de Recuperação de Falência**. Disponível em <<https://giovannavidonsky.jusbrasil.com.br/artigos/451472870/requisitos-da-peticao-inicial-do-pedido-de-recuperacao-judicial>> Acesso em 08 de setembro de 2018.

ZANOTI, Luiz Antonio Ramalho; ZANOTI, André Luiz. **A preservação da empresa sob o enfoque da nova lei de falência e de recuperação de empresas.** JusNavegandi, Artigos, maio 2007. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/9874/a-preservacao-da-empresa-sob-o-enfoque-da-nova-lei-de-falencia-e-de-recuperacao-de-empresas>. Acesso em: 10 jul. de 2018

